

Ele é o operador de propinas do PSDB

Gilmar dá fuga a

Paulo Preto para

desafogar tucanos

João Goulart Filho: bancos sufocam país

“Quase 400 bilhões de reais são retirados todos os anos do orçamento para pagar juros”, denunciou o candidato do PPL. **Pág. 3**

Paulo Câmara: PSB pode vir a apoiar Ciro

Governador de Pernambuco afirmou que o eventual apoio do PSB a Ciro “é uma possibilidade”. **P. 3**

Aldo: governo Lula nunca foi de esquerda

De esquerda?, “nunca foi”, disse Aldo Rebelo. **P. 3**

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.632 16 e 17 de Maio de 2018

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Estava prestes a fechar acordo de colaboração e contar sobre a quadrilha

Na segunda-feira, Paulo Vieira de Souza, o “Paulo Preto”, desrespeitou a Justiça e faltou à audiência em um dos processos a que responde, na 5ª Vara Federal Criminal de SP. Ele fora solto na sexta-feira por Gilmar Mendes. A soltura tinha como objetivo

impedir que ele firmasse acordo de colaboração com o Ministério Público, confessando seus crimes e denunciando os de seus mandantes do PSDB. Daí as inconsistentes alegações de Mendes para soltá-lo. Na segunda, também, o MPF entrou com outro pedido de prisão para “Paulo Preto”. **P. 3**

Moro condena ex-tesoureiro do PT a 9 anos por assaltar Cenpes

Condenação atinge ainda Léo Pinheiro, Renato Duque e mais 10 réus

O juiz federal Sérgio Moro condenou o ex-tesoureiro do PT Paulo Adalberto Alves Ferreira a 9 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa. Com ele foram condenados também

o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque, e o ex-executivo da empreiteira OAS José Aldemário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, além de dez outros envolvidos, alvos da 31ª fase da Lava Jato. **Página 3**

Crise iniciada com Dilma já fez mortalidade infantil subir 11%

A política de arrocho e a recessão econômica dos governos Dilma (PT) e Temer (PMDB) trouxeram de volta o aumento da mortalidade infantil no país. Segundo dados divulgados pelo Ministério da

Saúde, houve um aumento de 11% no número de mortes evitáveis para crianças entre um mês e quatro anos, de 2015 para 2016. A alta em 2016 foi generalizada, mas em Roraima o número mais que dobrou. **P. 4**

Para Fachin, sem gratuidade não há como ser feita a justiça trabalhista

O ministro do STF, Edson Fachin, defendeu na última quinta-feira a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5766, contra dispositivo da “reforma” trabalhista que alterou a abrangência da justiça gratuita.

A ADI contesta a restrição da justiça gratuita aos pobres, o que, segundo Fachin, “pode conter em si a aniquilação do único caminho que dispõe esse cidadão para ver garantido seus direitos sociais trabalhistas”. **Pág. 5**

Governo prepara mega-roubo de petróleo no filé do pré-sal

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, anunciou que o governo está preparando um megaleilão de uma área nobre da costa brasileira, conhecida como Polígono do Pré-Sal, na Bacia de Santos. Campo já pes-

quisado, achado e perfurado, só levar. Segundo ele, o governo trabalha com “enorme empenho” para realizar o leilão até o fim do ano e entregar o barril de petróleo por apenas 5 dólares às múltis. **Página 2**

Israel ataca multidão com tiros e bombas, mata 58 e fere 2771

O massacre de palestinos por tropas de israelenses junto à fronteira com a Faixa de Gaza deixou na segunda-feira 58 mortos e

2771 feridos, dos quais, 1370 foram atingidos por tiros e outros por bombas, segundo dados do Ministério da Saúde da Palestina. Franco atira-

dores postados em frente à multidão começaram a atirar desde o início da manhã, enquanto helicópteros faziam o ataque aéreo. “As equipes

médicas estão extenuadas e sobrecarregadas, tratando de centenas de casos de feridos, incluindo mulheres e crianças”, afirmou a ONU. **P. 7**



Prefeito forrou o colchão roubando merenda, acusa PF

No Estado de SP: R\$ 4,6 milhões e US\$ 216 mil. **P. 4**

NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br

Governo do PT atrasa parcela do salário em Minas

Além do salário estar parcelado em três vezes, a parcela começou a atrasar. Servidor prepara greve. **P. 5**



“Estão esquartejando a Petrobrás para vendê-la”, denuncia Brizola Neto

O ex-deputado e ex-ministro do Trabalho Brizola Neto denunciou os retrocessos nas leis trabalhistas e o entreguismo de nossas empresas por parte do governo. “Estão entregando completamente patrimônio que eram as joias sagradas do povo brasileiro, a Eletrobrás, a Petrobrás”, disse ele, na plenária de pré-candidatos do Partido Pátria Livre, realizada na última quinta-feira, no Rio de Janeiro.

“O que está se fazendo com Eletrobrás é um crime, porque não estamos entregando só a geração de eletricidade deste país. Estamos entregando os regimes de águas e de secas que são controlados pela Eletrobrás”, destacou Brizola Neto. “A Petrobrás, eles não têm coragem de anunciar sua privatização, mas ela está sendo privatizada aos poucos”, afirmou. “Ela está sendo esquartejada. Venderam agora as ações da BR Distribuidora, venderam diversos ativos de transporte de gás. Fizeram desinvestimento e o Rio de Janeiro tem um grande prejuízo com isso. Cerca de 25% dos investimentos da Petrobrás eram feitos aqui no Rio”, prosseguiu Brizola Neto.

Ele falou dos escândalos de corrupção no Rio e lembrou que “os governantes não aproveitaram um momento de ouro da economia, da exploração do petróleo para desenvolver nossas forças produtivas”. “Levaram o Rio de Janeiro a esse colapso que nós estamos vivendo”, enfatizou o ex-deputado, recentemente filiado ao Partido Pátria Livre. “Aqui no Estado do Rio de Janeiro não se pagam os servidores, não se fazem investimentos nas saúde, nas escolas. Diversas escolas foram fechadas porque o governo dizia que não tinha como mantê-las. Milhares de crianças ficaram sem matrícula porque simplesmente fecharam a sua escola”, observou Brizola.

“E neste momento tão grave que o nosso partido se faz tão necessário. Nós temos uma candidatura a presidente, do João Goulart Filho, que honra a todos nós e que resgata aquilo que é fundamental para erguermos de novo a cabeça do povo brasileiro. Resgatar aquilo que é fundamental numa nação, porque nós estamos sendo ameaçados como projeto de nação. Precisamos voltar a ter esperança no nosso país, esperança no nosso povo, e para isso nós precisamos desenvolver os valores que o João Goulart defendeu aqui. Resgatar um projeto nacional de desenvolvimento”, apontou.

Para Brizola, “a tragédia brasileira é ser um país que não funciona para seu povo”. “Desde que nós fomos colonizados pelos portugueses esse país funciona para atender aos estrangeiros”, denunciou. “São os interesses estrangeiros que estão por trás da privatização da Embraer. São os interesses estrangeiros que estão atrás de nossa água de nosso petróleo e que impedem o nosso país de se desenvolver. E são os interesses estrangeiros que estão por trás dessa camada política que comanda o país hoje e que está entregando a nossa riqueza e que está evitando o nosso povo”, acrescentou Brizola. “É contra isso que nós precisamos nos levantar. É para isso que nós existimos como partido”, afirmou o dirigente trabalhista.

Governo prepara ‘megaleilão’ para doar barril de petróleo por US\$ 5



Germano Lueders/Exame

Temer está empenhado em entregar às pressas aos gringos os maiores campos de petróleo do país, anunciou ministro

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, anunciou que o governo está preparando um megaleilão de uma área nobre da costa brasileira, abarrotada de petróleo, conhecida como Polígono do Pré-Sal, da Bacia de Santos. Segundo Guardia, o governo trabalha com “enorme empenho” para concluir ainda nesta semana as negociações para realizar o leilão até o fim do ano. Ou seja, o que ele disse é que um governo repudiado por praticamente toda a nação está “empenhado” em entregar às pressas aos gringos os maiores campos de petróleo do país.

Sob o pretexto da revisão da cessão onerosa - uma área da Petrobrás com estimativa inicial de 5 bilhões de barris, obtida a um preço total de US\$ 42 bilhões - o governo Temer vai entregar para o cartel internacional do petróleo mais de 10 bilhões de barris que excederam as previsões iniciais da área. E o mais escandaloso é que o preço do barril esperado no leilão é de apenas 5 dólares por barril. Em suma, o que o governo está fazendo é tomar a área da Petrobrás, que descobriu o petróleo e perfurou os campos, para entregar todo o petróleo contido no “polígono” a preço de banana para os monopólios estrangeiros.

“Se [cada barril de petróleo] valer US\$ 5, que eu considero uma estimativa conservadora, você está falando de US\$ 30 bilhões”, disse Guardia, o que equivale a cerca de R\$ 100 bilhões. O ministro de Temer comemora a venda do petróleo do Pré-Sal a 5 dólares o barril como se fosse um excelente preço. No afã de desviar dinheiro da sociedade para repassar aos bancos, o entreguista não vê o menor problema em torrar o patrimônio do pré-sal em troca de migalhas. A verdade é que temos que acionar o juiz Sérgio Moro porque esse “megaleilão” significa que eles estão prosseguindo com o assalto à Petrobrás. Gente como Temer, Guardia e Pedro Parente, atual presidente da Petrobrás, tem que ir para a cadeia.

O acordo da Cessão Onerosa de 2010 - que envolveu as áreas de Florim, Franco (atual Búzios), Sul de Guarã, Entorno de Iara, Sul de Tupi e Nordeste de Tupi - foi feito para capitalizar a Petrobrás, que não recebeu nada de graça. Ela pagou à União US\$ 42,533,327.500,00 (R\$ 74.807.616.407,00). A previsão inicial era de que a área possuiria cerca de 5 bilhões de barris. Ao furar nesses campos, a Petrobrás descobriu um volume maior do que 5 bilhões de barris. As novas estimativas do excedente chegam a 15 bilhões de barris de óleo, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O que a Petrobrás teria direito, na verdade, é a revisão do preço pago por ela

Vendas nos supermercados caem 1,8% em março frente a fevereiro

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na sexta-feira (11) os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio de março apresentando um forte recuo no volume de vendas de supermercados - um claro desdobramento do aumento do desemprego e do arrocho na renda das famílias.

Na passagem de fevereiro para março, as vendas em hipermercados e supermercados caíram 1,8% na série com ajuste sazonal (que considera e desconta as variações e influências dos períodos).

O comportamento das vendas em supermercados - além de ser a atividade que tem mais peso no varejo em geral - tem relação direta com a crise e com a forma

que a política recessiva afeta os trabalhadores. A queda nas vendas de hipermercados e supermercados representa que a população está cortando do orçamento mensal ou deixando de comprar alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal - que são produtos de primeira necessidade.

“As estatísticas das pesquisas de emprego do IBGE mostram perdas de postos de trabalho no primeiro trimestre do ano. E o consumo de supermercados é muito influenciado por isso”, afirmou a gerente da pesquisa, Isabella Nunes. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad Contínua) do instituto, deu conta de que o número de “desocupados” no país aumentou em 1

milhão e 379 mil pessoas no primeiro trimestre de 2018. Sem contar a legião dos trabalhadores por conta própria - que na verdade é formada, em sua esmagadora maioria, por trabalhadores que, jogados no olho da rua, passaram a viver de biscates, mas que ainda assim são considerados “ocupados” segundo os critérios da pesquisa do IBGE.

A variação das vendas no varejo em geral de fevereiro para março foi medíocre, de 0,3%, após queda de 0,2% em fevereiro. Além da pesada influência das vendas dos supermercados, houve queda expressiva nas atividades de livros, jornais e papeleria (-1,2%) e de equipamentos e materiais para escritório (-5%).

PRISCILA CASALE

Gasolina volta a subir e acumula alta de 21,3% desde julho do ano passado

O preço médio da gasolina no Brasil, considerados 5.790 postos de combustíveis pesquisados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), sofreu mais um aumento neste sábado (12) de 0,76%, acumulando 21,28% desde julho do ano passado, quando a direção da Petrobrás impôs o preço de paridade com o mercado internacional, ou acima dele, como referência para os preços do combustível. Nas refinarias, foi o sexto aumento seguido do combustível em maio.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no mesmo período foi de 1,46%. Nesta pesquisa, o preço máximo do combustível nos postos atingiu R\$ 5,25 por litro e o preço médio fixou-se em R\$ 4,25. Os três estados com os maiores preços foram Acre R\$ 4,887, Rio de Janeiro R\$ 4,722 e Ceará R\$ 4,566 por litro.



A política de preço implantada por Pedro Parente na presidência da Petrobrás tem causado grandes prejuízos para a empresa, impedindo que ela venda gasolina que produz a preços inferiores da importada. As refinarias da companhia estão operando com cerca de 30% de capacidade ociosa, a balança comer-

cial fica pressionada pela importação liberada para a concorrência e provoca a queda da participação no mercado interno da BR Distribuidora, subsidiária da estatal.

Com um elemento deses na presidência da Petrobrás, a concorrência agradece.

J. AMARO

Com crise, inadimplência cresce e atinge 62,2 milhões de pessoas

O número de brasileiros que não conseguem pagar suas contas chegou a 62,2 milhões de pessoas no mês de abril, segundo dados apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Na avaliação da economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, os dados refletem as dificuldades que as famílias ainda enfrentam. “O desemprego segue elevado e a renda reduzida”, declarou.

O Brasil encerrou o mês de abril com 41% da popu-

lação adulta com alguma conta em atraso e com o CPF restrito para contratar crédito ou fazer compras parceladas. A quantidade de brasileiros registrados nos cadastros de devedores cresceu 3,54%, na comparação com abril do ano passado. Esta é a sétima alta consecutiva na série histórica do indicador de inadimplência do consumidor.

De acordo com as entidades, as dívidas bancárias (que englobam faturas atrasadas de cartão de crédito, empréstimos não pagos, financiamentos, etc.)

são as dívidas que mais cresceram em abril, 7,96%, conforme o indicador.

Com o desemprego que atinge 13 milhões e 689 mil pessoas no país em março, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da queda de 2,2% da produção industrial nos três primeiros meses deste ano e o recuo de 1,8% no setor de serviços no mesmo período, os dados da inadimplência são mais uma pá da cal na famigerada recuperação econômica de Temer.

ANTONIO ROSA

Boletim do BC reduz de novo previsão para o PIB

Nem mesmo as previsões dos representantes do mercado financeiro sustentam a falaciosa propaganda da recuperação da economia do governo federal.

Divulgado na segunda-feira (14), o boletim Focus, elaborado pelo Banco Central (BC) semanalmente a partir da projeção do mercado para a economia, diminuiu pela quarta semana consecutiva a previsão de crescimento da economia em 2018. Desta vez, a aposta de que o PIB (Produto Interno Bruto) crescerá 2,70% passou para 2,51%. Há quatro semanas, essa previsão estava em 2,76%. O banco Itaú, que antes previa com um otimismo descabido crescimento de 3% em 2018, agora revisou as suas expectativas e já diz que o PIB deve variar positivamente em 2%.

Nesse ritmo, um cresci-

mento de “mais de 3%” em 2018, segundo palavras de Henrique Meirelles, é uma realidade muito distante.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e é usado como medidor da evolução da economia. Após os tombos de 3,5% em 2015 e de 3,5% em 2016, o PIB do Brasil encerrou 2017 com uma variação positiva de 1% - nem de perto o suficiente para repor as perdas ou um sinal de superação da recessão, como diz o governo. Segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que funciona como uma espécie de “prévia do PIB”, a economia sofreu retração de 0,6% em janeiro e teve variação praticamente nula, de 0,1% em fevereiro deste ano. Os resultados de março serão divulgados pelo Banco Central na semana que vem.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@oi.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@vahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Divulgação/AEN

Ele será Investigado por corrupção Juiz Moro dá 30 dias para a PF investigar o tucano Beto Richa

O juiz Sérgio Moro determinou que a Polícia Federal (PF) abra um inquérito contra o ex-governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), para apurar o favorecimento à Odebrecht na licitação da PR-323, no noroeste do Paraná, em troca de propina. O tucano foi citado nos depoimentos do ex-executivo da Odebrecht na região Sul, Valter Lana, e do ex-presidente do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, Benedito Júnior, divulgadas no ano passado. A decisão de Moro veio logo em seguida da decisão de Gilmar Mendes de soltar Paulo Preto, operador de propina dos tucanos.

Na decisão, Moro afirmou que é dele a competência para julgar os fatos relacionados à campanha à reeleição de Beto Richa em 2014 porque nesse caso haveria suspeita de contrapartida com uma intervenção do governo do estado na licitação para as obras na rodovia. No despacho, o juiz disse que “ainda no desdobramento das investigações, foi descoberta a existência, no Grupo Odebrecht, do assim denominado Setor de Operações Estruturadas, consistente em um departamento específico encarregado, na empresa, de realizar pagamentos não-contabilizados, entre eles de vantagem indevida a agentes públicos”.

Como Beto Richa perdeu o foro privilegiado de governador no STJ, o processo seguiu para a primeira instância. No dia 26 de abril, o ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou o envio das investigações para o juiz Moro e para a Justiça Eleitoral do Paraná. O caso corre em segredo de Justiça. No despacho, Moro deu prazo de 30 dias para que a PF e o Ministério Público Federal (MPF) dêem continuidade às investigações. Ao enviar o pedido, Sérgio Moro atendeu a um pedido da Procuradoria Geral da República feito depois que Beto Richa deixou o cargo de governador para disputar o Senado.

Audios entre o ex-chefe de gabinete do ex-governador Beto Richa (PSDB), Deonilson Roldo, e um construtor que teria interesse em participar de uma licitação do projeto de duplicação da PR-323, indicam que o governo Richa atuou na tentativa de direcionar a licitação para a Odebrecht na obra à época da sua reeleição para governador, em 2014. O custo total da obra, que seria realizada no noroeste do Paraná, ficaria em R\$ 7 bilhões. A Odebrecht venceu a licitação, mas o projeto nunca saiu do papel.

“Em tese, se o fato se confirmar, pode restar configurado o crime de corrupção, que é especial em relação ao crime de realização de doações eleitorais não-contabilizadas”, explicou Moro em seu parecer. Nesse caso, segundo o juiz, excluiria a competência da Justiça Eleitoral, pelo princípio da especialidade. Caso se trate de corrupção, Moro afirmou entender que há elementos de conexão suficientes para justificar provisoriamente a competência da Justiça Federal na primeira instância.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

“Apoiar Ciro passa a ser uma possibilidade”, diz Paulo Câmara, do PSB

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, afirmou que o apoio do PSB à candidatura presidencial de Ciro Gomes é “uma possibilidade”, com a desistência do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa.

“Apoio ao Ciro vai depender do processo de discussão interna do partido. Com a desistência do ministro Joaquim Barbosa de ser pré-candidato, isso passa a ser uma possibilidade”, disse Câmara, após participar de um debate sobre as eleições no Primeiro Encontro de Lideranças Nacionais, em um hotel da capital paulista, nesta sexta-feira (11). “O ex-governador do Ceará tem um valor importante para nós”, emendou o governador pernambucano.

Paulo Câmara, que também é vice-presidente do PSB, disse, contudo, que o partido ainda estuda lançar um candidato próprio. Para Câmara, seria importante unir os candidatos do campo progressista. “Se der para juntar tudo no primeiro turno, é o melhor dos

mundos, independentemente de quem seja o candidato. Agora, se não der, é importante também a gente se preparar para estar junto no segundo turno”, ressaltou.

O governador fez uma crítica velada ao isolacionismo do PT, que insiste na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, condenado por corrupção a 12 anos e um mês pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região (Porto Alegre), o TRF4, preso em Curitiba, na Superintendência da Polícia Federal. “O PT tem que sentar com os partidos de esquerda e conversar também”, disse.

Sobre Joaquim Barbosa, Câmara disse esperar contar com a participação do ex-ministro do STF na disputa eleitoral até outubro. “Se ele quiser contribuir e participar das discussões em relação a 2018, será muito bem-vindo, até porque ele continua filiado e é uma pessoa muito experiente em relação às questões de desigualdade social”, expressou, em entrevista para o jornal “O Estado de S. Paulo”.

ABr



Gilmar Mendes tratou logo de colocar Paulo Vieira fora da prisão Lava Jato condena ex-tesoureiro do PT e mais doze por corrupção e associação criminosa

O juiz federal Sérgio Moro condenou o ex-tesoureiro do PT, Paulo Adalberto Alves Ferreira, a 9 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa. Com ele foram condenados também o ex-diretor de Serviços da Petrobrás, Renato Duque, e o ex-executivo da empreiteira OAS, José Aldemário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, e mais outros dez envolvidos. Os investigados foram alvo da 31ª fase da Lava Jato, batizada de Abismo, e que foi deflagrada em julho de 2016.

As investigações que levaram a essas prisões se deram após o acordo de leniência e de colaboração premiada com a empresa Carioca Engenharia e seus principais executivos, que reconheceram o esquema para beneficiar o Consórcio Novo Cenpes nas obras do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes)

da Petrobrás, no Rio de Janeiro. O acerto envolveu o pagamento de propinas aos envolvidos. No despacho, Moro destacou que a prática do crime de corrupção que incide sobre Renato Duque e Léo Pinheiro envolveu o pagamento de R\$ 20.658.100,76 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, cem reais e setenta e seis centavos). “Um valor muito expressivo a executivos da Petrobrás e a agentes políticos”, disse.

Segue a lista e a pena de todos os condenados por Moro. Adir Assad - lavagem de dinheiro - 5 anos e 10 meses em regime semiaberto; Age- nro Franklin Magalhães Medeiros - corrupção ativa - 2 anos e 6 meses em regime aberto; Alexandre Correa de Oliveira Romano - lavagem de dinheiro associação criminosa - 9 anos e 4 meses em regime fechado; Edison Freire Coutinho - corrupção ativa e associação criminosa - 5 anos em regime semia-

berto; Genésio Schiavinato Júnior - corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa - 12 anos e 8 meses em regime fechado; José Aldemário Pinheiro Filho - corrupção ativa - 2 anos e seis meses em regime aberto; José Antônio Marsílio Schwarz - lavagem de dinheiro e associação criminosa - 5 anos e 6 meses em regime semiaberto; Paulo Adalberto Alves Ferreira - lavagem de dinheiro e associação criminosa - 9 anos e 10 meses em regime fechado; Renato de Souza Duque - corrupção passiva - 2 anos e 8 meses em regime semiaberto; Ricardo Backheuser Pernambuco - corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa - 9 anos e 10 meses em regime fechado; Rodrigo Morales - lavagem de dinheiro - 6 anos e 10 meses em regime semiaberto e Roberto Ribeiro Capobianco - corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa - 12 anos em regime fechado.

AE



Procuradoria em São Paulo rebate Gilmar Mendes, do STF, que soltou Paulo Preto

Depois de solto por Gilmar Mendes, o primeiro ato de Paulo Vieira de Souza, o “Paulo Preto”, operador do PSDB, foi faltar, na segunda-feira, à audiência de um dos processos a que responde, na 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

“Paulo Preto” usufrui agora da proteção de Gilmar Mendes, que usa seu cargo de ministro do STF para isso. Por que iria comparecer a uma Vara Federal, diante de uma juíza, se tem costas quentes?

É assim que Gilmar Mendes desautoriza e desacata a Justiça – protegendo e soltando, desde Daniel Dantas a “Paulo Preto”, passando por Roger Abdelmassih.

Porém, a procuradora Adriana Scordamaglia, diante do desrespeito, pediu outra vez a sua prisão: “Deixar passar em branco tal desídia significa desacreditar que a Justiça de primeiro grau tem extremado valor para todo o sistema jurídico brasileiro”. A juíza Maria Isabel do Prado irá decidir sobre o pedido.

Em suma, o sr. Gilmar Mendes, atual herói tucano do PT, e ministro do STF por obra de Fernando Henrique, cometeu mais um atentado contra a consciência dos brasileiros, contra o país – e, é forçoso dizer, contra a moral e os bons costumes.

A concessão de habeas corpus a Paulo Vieira de Souza – conhecido por seus comparsas como “Paulo Preto” - só tem um objetivo: impedir que “Paulo Preto” confesse seus crimes e os de seus mandantes.

Vieira de Souza notabilizou-se, como diretor da Dersa, a estatal rodoviária do Estado de São Paulo, por ser notório coletor de propinas, sobretudo no governo Serra.

Quando Serra, candidato a presidente em 2010, disse na TV que nunca ouvira falar de “Paulo Preto”, o próprio Paulo Vieira de Souza disse ao jornal “Folha de S. Paulo”:

“*Ele (Serra) me conhece muito bem. Até por uma questão de satisfação ao país, ele tem que responder (às acusações de que Paulo Preto era seu operador). Acho um absurdo não ter resposta, porque quem cala consente*”.

Em seguida, “Paulo Preto” disse a frase eterna:

“**Não se larga um líder ferido na estrada a troco de nada. Não cometam esse erro**” (cf. Andrea Michael, “Ex-diretor da Dersa ataca Dilma e cobra Serra”, FSP, 12/10/2010).

Dias depois, Serra declarou que “evidentemente, sabia do trabalho do Paulo Souza, que é uma pessoa muito competente. A acusação contra ele é injusta, ele é totalmente inocente”.

Serra não conhecia o “Paulo Preto”, mas conhecia o “Paulo Souza” - este, ele garantia a sua competência e inocência... Ainda bem que “Paulo Souza” aconselhou-o a “não cometer esse erro”.

Isso foi há quase oito anos. De lá para cá, as investigações progrediram e se avolumaram:

1) Executivos da Odebrecht expuseram que “Paulo Preto” receptou R\$ 173 milhões em propinas de obras municipais durante o período em que Gilberto Kassab - aliado de Serra, presidente do PSD, e, hoje, ministro de Temer – foi prefeito da capital paulista.

2) O Ministério Público da Suíça revelou que quatro contas no banco Bordier & Cie, em nome da offshore panamenha Groupe Nantes S/A, tinham como “beneficiário” um certo Paulo Vieira de Souza. Somadas, **essas contas tinham depósitos de 35 milhões de francos suíços, o equivalente a R\$ 113 milhões**. O dinheiro fora transferido de um banco em Nassau, no bordel fiscal das Bahamas. A primeira conta fora aberta em 5 de julho de 2007 e a última em 19 de janeiro de 2017.

3) Porém, Paulo Vieira de Souza não atuava somente no atacado da corrupção. A forçatarefa da Operação Lava Jato

provou que ele, entre 2009 e 2011, desviou R\$ 7,7 milhões, “destinados ao reassentamento de pessoas desalojadas” pelo trecho sul do Rodoanel, pelo prolongamento da avenida Jacu Pêssego e pela construção da Nova Marginal Tietê. **“Ao todo, 1800 pessoas foram inseridas indevidamente nos programas de reassentamento das três grandes obras”**, denunciou a Procuradoria. Nenhuma dessas pessoas morava nos locais em que as obras deslocaram moradores.

Vamos parar por aqui esta lista, embora ela seja amostra bastante modesta. Se continuássemos, correríamos o risco de jamais encerrar este artigo.

Não existe dúvida – nem alguém a levantou – que “Paulo Preto” não operava para si próprio. Daí a sua frase imortal (“Não se larga um líder ferido na estrada a troco de nada. Não cometam esse erro”). E a reação de alguns tucanos – inclusive Gilmar Mendes – não exige grande esforço de interpretação.

Mas, além disso, “Paulo Preto” ameaçou três vezes uma ex-cúmplice que fez acordo com a Procuradoria, Mércia Gomes, que revelou o esquema dos falsos assentados (item 3 da nossa lista acima).

É absolutamente ridícula a alegação de Mendes, para soltar “Paulo Preto”, de que, como Mércia pode obter benefícios ao denunciá-lo, sua acusação de que foi ameaçada tem “escasso valor probatório”.

Isso é o mesmo que dizer que os corruptos estão imunes a qualquer denúncia que venha de alguém que pode firmar uma colaboração “premiada”. Portanto, toda a Operação Lava Jato teria que ser anulada.

Até agora, todas as afirmações da ex-funcionária sobre o esquema de desvio nos assentamentos foram confirmadas pelas investigações. Por que ela diria que está sendo ameaçada, se não estivesse?

Gilmar Mendes é capaz de ultrapassar quase qualquer limite. Os ministros Joaquim Barbosa (“vossa excelência está destruindo a Justiça desse país”) e Luís Roberto Barroso (“vossa excelência é uma desonra para o tribunal”) já disseram o suficiente sobre isso.

Resta, então, lembrar o que disse um dos grandes advogados da História, Marco Túlio Cícero, no ano 63 antes de Cristo, ao denunciar a conspiração de Lúcio Sérgio Catilina:

“*Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?*”

“*Por quanto tempo a tua loucura há de zombar de nós?*”

“*A que extremos se há de precipitar a tua desenfreada audácia?*”

“*Nem a guarda do Palatino, nem a ronda noturna da cidade, nem o temor do povo, nem a afluência de todos os homens de bem, nem este local tão bem protegido para a reunião do Senado, nem a expressão do voto destas pessoas, nada disto conseguiu perturbar-te?*”

“*Não te dá conta que os teus planos foram descobertos?*”

“*Não vês que a tua conspiração a têm já dominada todos estes que a conhecem?*”

“*Quem, dentre nós, pensas tu que ignora o que fizeste na noite passada e na precedente, onde estiveste, com quem te encontraste, que decisão tomaste?*”

“*O tempos, ó costumes!*”

Provavelmente, é demais comparar Catilina – que, segundo o historiador romano Salústio, tinha “caráter mau e depravado”, era “pérfido, vaidoso, simulador e dissimulador” - com Gilmar Mendes. Catilina mostrou coragem em seu fim.

Mas a comparação que estamos fazendo não é esta, mas sim a dos sentimentos dos homens e mulheres, em todas as épocas, diante do que vai muito além do que o ser humano pode e deve suportar.

CARLOS LOPES

João Goulart Filho: “um grupo de apenas 4 bancos parasita o país”

Divulgação



Goulart no Sindipetro do Rio de Janeiro

que cumpre hoje o Partido Pátria Livre no resgate do nacionalismo e do trabalho. “O PPL tem história na luta contra a ditadura e está lidando a retomada no projeto interrompido em 64”, disse o pré-candidato.

“Haveremos de retomar os direitos dos trabalhadores, todos eles nascidos do trabalho, e que foram retirados por este governo através da chamada reforma trabalhista. Nós vamos revogar essa reforma e recuperar os direitos perdidos”, afirmou João Goulart. Ele defendeu o aumento do salário mínimo e disse que, quando seu pai dobrou o salário mínimo, a imprensa e os empresários diziam que seria o caos. “E não foi nada disso que

aconteceu”, salientou. “Nós vamos aumentar os salários para ampliar o mercado interno e, assim, a economia sairá do buraco”, garantiu.

Foram dois encontros muito animados. No Rio, o auditório do Sindicato dos Petroleiros foi pequeno para tanta gente, mais de duzentas lideranças de todo o estado foram prestigiar o encontro com João Goulart Filho e Brizola Neto. Brizola disse que se sente em casa dentro do PPL. “Nós temos muitos pontos em comum. Somos contra as privatizações, defendemos um país soberano e lutamos pelos direitos dos trabalhadores”, disse ele.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Aldo contesta que governo Lula fosse ‘de esquerda’

O pré-candidato do SD à presidência da República, Aldo Rebelo, foi um dos 11 presenciáveis que participaram da 73ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos, realizada semana passada em Niterói (RJ). Durante o encontro, ele declarou que o governo do ex-presidente Lula “nunca foi de esquerda”.

“Ah, o governo de Lula

era de esquerda’. Nunca foi de esquerda”, disse. Rebelo, que foi ministro tanto do governo Lula quanto do de Dilma Rousseff, lembrou que o vice do petista, José Alencar (1931-2011), era “um grande empresário”, que havia presidido “uma das federações de indústrias mais importante do país”, a de Minas Gerais.

“O ministro da Agri-

cultura, quem era? Roberto Rodrigues [de 2003 a 2006]. Pode ser tudo, é meu amigo, mas não é de esquerda”, comentou. Ele mencionou ainda o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que é herdeiro da família que fundou a antiga Sadia e conselheiro da BRF, resultado da fusão com a Perdigão.

Agressores de Bettoni no Instituto Lula estão foragidos

A juíza Débora Faltone, da 1ª Vara do Júri de São Paulo, decretou a prisão preventiva do ex-vedreador petista na cidade de Diadema, Manoel Marinho, o “Maninho do PT”, e do seu filho Leandro Marinho, pelas agressões contra o empresário Carlos Alberto

Bettoni, na noite de 5 de abril em frente o Instituto Lula, na capital paulista. Eles estão foragidos.

Bettoni foi empurrado e chutado em frente ao instituto e bateu a cabeça no para-choque de um caminhão. Ele foi internado com traumatismo crania-

no. O episódio aconteceu durante um tumulto no local, pouco depois de divulgada a informação sobre a decretação da prisão do ex-presidente Lula, condenado a 12 anos e 1 mês na Lava Jato.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Recessão causa aumento de 11% na mortalidade infantil

Política de arrocho e os cortes no orçamento dos governos Dilma e Temer causaram “uma fragilização considerável das políticas sociais voltadas à criança”

Depois de uma sequência de queda, a política de arrocho e a recessão econômica dos governos Dilma (PT) e Temer (PMDB) trouxeram de volta o aumento da mortalidade infantil no país. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, houve um aumento de 11% nos números de mortes evitáveis para crianças entre um mês e quatro anos, no período de 2015 para 2016.

A recessão econômica causada pela política de arrocho fiscal, corte nos orçamentos da Saúde e da Educação, corte de direitos, dentre outras medidas levadas a cabo pelo governo Dilma/Temer resultou no aumento da mortalidade infantil de um mês a um ano de idade em 2%.

O Ministério da Saúde não fechou a taxa de mortalidade infantil do país para os recém nascidos (de zero a um mês de vida) em 2016. De acordo com o Observatório da Criança e do Adolescente, da Fundação Abrinq existe uma piora na taxa, para 12,7 mortos em mil nascidos vivos em 2016. Em 2015, esse número era de 12,4.

A brutal recessão, somada à crise fiscal, refletida na escassez de recursos públicos e cortes em determinados programas, além da grave seca que atingiu locais do Nordeste do país são apontados como alguns dos fatores determinantes para o aumento das mortes, segundo a doutora Fátima Marinho, diretora do departamento que consolida e analisa esses dados no Ministério da Saúde.

Para Fátima, a mortalidade pós-neonatal (a partir de um mês de vida e até os quatro anos), que é a mais sensível ao desenvolvimento social, está tendo um repique. “Algumas dessas causas de morte mostram aumento em 2016 e projeta aumento para anos seguintes também. Algumas são muito associadas à pobreza, por exemplo, as gastrointestinais, que vinham reduzindo fortemente, mas tem repique em 2016. Já vínhamos observando e assinalando esses problemas, então vamos ver em 2017 se isso se mantém ou conseguimos reverter”, afirmou.

De acordo com levantamento feito pela Fundação Abrinq o programa Rede Cegonha, voltado à atenção à mãe no pré-natal, parto e nascimento, e o desenvolvimento da criança até os dois primeiros anos de vida, em 2015, foram gastos do orçamento federal apenas R\$ 21 milhões dos R\$ 172 milhões previstos ao programa; no ano seguinte, 2016, o valor liquidado caiu a R\$

18,3 milhões, dos R\$ 117 milhões previstos no início.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que consistia em repassar aos Estados recursos para a alimentação dos alunos em todas as fases da educação pública, também foi arrochado e o valor liquidado, efetivamente gasto no Orçamento da União foi R\$ 3,4 bilhões, mas o previsto era R\$ 3,7 bilhões. Ou seja, corte de R\$ 300 milhões em 2015.

“Há uma fragilização considerável das políticas sociais voltadas à criança”, diz Denise Maria Cesario, gerente executiva da Fundação Abrinq.

Para o coordenador de políticas públicas do Insper, Naercio Menezes, o encolhimento de gastos sociais durante a crise econômica reflete decisões equivocadas a respeito das prioridades do gasto público, especialmente em tempos de recessão, quando a população vulnerável é a mais atingida. “Mesmo em situação de crise, você tem que priorizar essas áreas para evitar mais o problema futuro e tirar subsídios injustificados”, afirma citando o financiamento de dívidas tributárias, Refis e dívidas rurais. “Você segura todas essas despesas porque a população mais vulnerável não tem o mesmo poder de pressão”, afirmou.

Além da mortalidade infantil o percentual de crianças menores de 5 anos em desnutrição (de baixa estatura para a idade) aumentou de 12,6% para 13,1% de 2016 para 2017, de acordo com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), também reunidos pela Fundação Abrinq.

Sobre a desnutrição infantil, a pesquisadora Lena Lavinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aponta a implementação de creches públicas como ferramenta importante para garantir que, mesmo em tempos de recessão e desemprego, as crianças tivessem alimentação adequada. “Se a gente quer combater a desnutrição infantil não é só pensar que é responsabilidade das famílias, mas a oferta de pré-escola e creche contribuiria para oferecer uma oferta variada de alimentação para as crianças”.

Com a continuidade do arrocho fiscal de Dilma, por Temer, o que se espera para 2017 é a piora desses índices. Políticas como a PEC 55, que limita os gastos públicos, engessam ainda mais as políticas voltadas às mães e as crianças e sem elas não há como garantir a vida dos bebês que nascerão neste ano.



Reprodução

Deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa é acusado de receber pelo menos 10% do contrato com uma cooperativa de alimentação

SP: Capez torna-se réu por roubo de merenda

O Tribunal de Justiça de São Paulo tornou Fernando Capez (PSDB), ex-presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, réu na ação que investiga a “Máfia da Merenda” em seção na última quarta-feira (9). O processo é resultado da Operação Alba Branca, da Polícia Civil e do Ministério Público Estadual, realizada em 2016.

Para o desembargador Márcio Bártoli, que pediu vistas para o processo em abril, são “inúmeros os indícios de autoria que apontam para a participação de Fernando Capez nos fatos descritos na denúncia, sendo igualmente significativa a prova da materialidade dos delitos imputados”. Por 12 a 9, os magistrados decidiram receber a acusação.

Capez é acusado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, ao fazer a ponte entre a Cooperativa Orgânica Agrícola Fami-

liar (COAF) e o governo do estado para o fornecimento de suco e produtos agrícolas para a Secretaria de Educação do governo Geraldo Alckmin (PSDB).

Em abril, a denúncia foi rejeitada pelo relator, desembargador Sérgio Rui da Fonseca, que alegou não ter encontrado “elemento mínimo” para abertura de ação penal contra o ex-presidente da Assembleia Legislativa.

Em seu voto pela abertura do processo Bártoli destacou: “Após me aprofundar na análise dos autos, cheguei à conclusão diversa do E. Relator: julgo serem inúmeros os indícios de autoria que apontam para a participação de Fernando Capez nos fatos descritos na denúncia, sendo igualmente significativa a prova da materialidade dos delitos imputados”.

O desembargador destacou diversos indícios contra o tucano, como cheques da COAF emitidos a seus assessores,

Jeter Rodrigues Pereira e Merivaldo dos Santos, a enorme quantidade de dinheiro vivo nas contas de ambos, além dos contatos telefônicos entre investigados na época dos fatos narrados na denúncia.

A denúncia aponta que a propina a Capez, alcançou “ao menos o patamar de 10% do valor dos contratos administrativos, R\$ 11.399.285,00 celebrados entre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a Cooperativa”.

A defesa de Capez afirmou que, “a decisão teve escassa maioria e com nomes de muita importância no Judiciário paulista como o do corregedor geral, o vice-presidente e o decano do Tribunal, que foram pela rejeição da denúncia. O placar foi muito apertado e vamos aguardar a publicação do acórdão para tomar as medidas cabíveis”.

Prefeito de Mongaguá é preso com R\$ 5 milhões

Os prefeitos de Mongaguá (SP), Artur Parada Prócida (PSDB) e de Mauá (SP), Atila Jacomussi (PSB), e o secretário Transportes de Mauá, João Eduardo Gaspar, foram presos em flagrante durante a Operação Prato Feito, realizada pela Polícia Federal (PF), também na quarta-feira (9), por desvios e fraudes em contratos de merenda escolar.

Os prefeitos presos não conseguiram explicar a apreensão de dinheiro em espécie em suas residências durante mandado de busca e apreensão cumprido por agentes da PF.

Na casa do prefeito de Mongaguá foram apreendidos mais de R\$ 5 milhões, sendo 4,6 milhões



Dinheiro foi apreendido pela PF na casa do prefeito

de reais e 216 mil dólares. Já o prefeito de Mauá teve R\$ 87 mil apreendidos em sua residência e na casa do seu secretário, a polícia localizou R\$ 588 mil.

A investigação PF e da Controladoria-Geral da União (CGU) descobriu que 30 municípios paulistas receberam merenda de qualidade inferior, devido ao cartel de empresas que

atuava há pelo menos 20 anos no desvio de dinheiro público. São 65 contratos suspeitos que envolvem mais de R\$ 1,6 bilhão. Até o momento, há indícios do envolvimento de 85 pessoas, incluindo 13 prefeitos, quatro ex-prefeitos, um vereador, 27 agentes públicos e outras 40 pessoas da iniciativa privada.

Cabo da PM reage a assalto a mão armada em escola infantil e ladrão morre no confronto

Uma cabo da Polícia Militar reagiu a um assalto na porta da escola de sua filha de sete anos no bairro Jardim dos Ipês, em Suzano, na grande São Paulo. O caso aconteceu na manhã deste sábado (12).

A cabo Kátia da Silva Sastre, 42 anos, estava de folga acompanhando sua filha em uma festa de Dia das Mães que iria acontecer na escola particular Ferreira Master. A câmera de segurança da rua flagrou o momento em que o assaltante aparece e anuncia o assalto a uma das mães que estavam esperando a abertura do portão da escola. Nesse momento, rapidamente a PM reagiu e disparou três vezes contra o ladrão, identificado como Elivelton Neves Moreira, 21 anos. Ele caiu no chão e

então foi desarmado. Após ter sido alvejado, ele foi encaminhado a Santa Casa da cidade, onde veio à óbito.

Segundo a Polícia Militar, a cabo Kátia seguiu rigorosamente o procedimento operacional padrão (POP). Na avaliação da corporação, ela agiu corretamente para evitar o crime, sem colocar em risco quem estava perto.

A PM, que tem mais de 20 anos de profissão disse que agiu com base nos treinamentos. “Minha preocupação foi que minha intervenção fosse mais próxima a ele. Cessar a agressão dele de forma que não machucasse ninguém”, afirmou.

Na manhã do último domingo (13), o governador de São Paulo, Márcio França (PSB), concedeu a cabo

Kátia pela ação. França entregou flores em cerimônia no Comando de Policiamento da Área Metropolitana-4, na Vila Esperança, zona leste da capital.

Segundo o governador, o evento era para “cumprimentar a destreza, a técnica e a coragem” da cabo. “A gente não pode deixar de enaltecer toda a técnica que você usou nesse episódio, da maneira rápida que você agiu e, ao mesmo tempo, a coragem que você teve, porque poderia simplesmente se omitir naquela situação, pois estava de folga, à paisana”, disse França à policial.

Sobre a morte do assaltante o governador declarou: “Claro, o rapaz morreu, não é o ideal. A gente gostaria que as pessoas não morressem”.



CNAB canta o Hino à Negritude

13 de Maio: CNAB celebra a Abolição da Escravidão com roda de samba na Paulista

A bandeira do 13 de Maio - sua história, seu significado e seu legado - está firmemente erguida pelo Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), fundado pelo reverenciado professor Eduardo de Oliveira (6 de agosto de 1926 – 12 de julho de 2012), poeta e autor do Hino à Negritude.

Este ano a pioneira entidade comemorou os 130 anos da Abolição, com shows de samba e capoeira, na Alameda Rio Claro, travessa da Avenida Paulista, na altura do Trianon-Masp, no sábado (12), véspera do Dia das Mães. O evento, por sinal, as homenageou, todas elas, especialmente as mães negras brasileiras. Este é o terceiro ano que o CNAB comemora a data vitoriosa dos negros. “É muito importante. É uma data significativa para nós negros, nela estão envolvidos exemplos de luta e entrega de nossos antepassados para que a abolição acontecesse”, disse, empolgado, o presidente do CNAB, Alfredo Oliveira. “A abolição não foi uma caridade da monarquia, como dizem alguns equivocadamente, foi uma longa e dura luta para nós”, enfatiza Alfredo. “Este 13 de Maio ocorre em um ano de situação grave para o país. São mais de 13 milhões de desempregados, resultado da política de ‘ajuste fiscal’ que foi implantada no governo anterior e o atual continuou, com ‘ajustes’, reformas e privatizações. Essa política já era, o Brasil não comporta isso, essa camisa de força não cabe num país enorme como o Brasil, temos que mudar já. Nosso país tem que crescer e os negros terem condições melhores de vida”, afirmou.

O evento começou com o grupo Sambaqui tocando músicas do saudoso compositor Luiz Carlos da Vila, como o *Sonho não acabou* (uma homenagem a Candeia) e *A luz do vencedor* (“Quem não lutar, pra conquistar o que sonhou...”). Depois foi o samba da Mangueira no carnaval de 1988, centenário da Abolição, o “*Cem anos de liberdade, realidade e ilusão*”, de Hélio Turco, Jurandir da Mangueira e Alvinho. Para Rubens Olegário, o Rubão, vocal e pandeirista do grupo, a música “é um hino”. Não faltou “Sorriso Negro”, eternizada na voz da belíssima Dona Ivone Lara, música de Adilson Barbado, Jair Carvalho, Jorge Portela e Mario Lago. E ainda teve uma “canjazinha” de Elton Meirelles, guitarrista, violonista e compositor do grupo Sensação. O som do Sambaqui corria solto e no meio da apresentação do grupo uma informal roda de capoeira se abriu no meio da plateia. Lá estavam membros do grupo de capoeira liderado por Fabiano Pavio, professor-instrutor da Capoeira da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo).

Após o Sambaqui foi a vez do Democráticos de Guadalupe, Rio de Janeiro, que sempre diz presente! à comemoração do 13 de Maio. Helio de Guadalupe ou Helinho do Cavaco, líder do grupo, disse que não mede esforços para estar presente no evento do CNAB. “É importante estar aqui, porque precisamos resgatar esses temas, coisas como a luta pela liberdade. É importante fazer esse show para resgatar essa luta”, disse.

Um dos momentos mais emocionantes do ato foi, sem dúvida, o canto do arrebatador Hino à Negritude, composto pelo professor Eduardo de Oliveira quando ele tinha 16 anos, com a diretoria do CNAB perfilada no palco.

Nos pronunciamentos, Irapuan Ramos, presidente do CNAB do Rio de Janeiro, saudou o professor Eduardo de Oliveira como o maior líder negro que já existiu no país. E disse que os 130 anos da Abolição é muito pouco para comemorar diante da participação do negro em toda a história do Brasil. “Nós construímos este país. Somos negros, temos muito orgulho disto. Somos a cara deste Brasil”.

Irapuan chamou a atenção para o grande momento em que o país está vivendo e que esse ano vislumbra grandes mudanças, lembrando das próximas eleições, após as atrocidades que o atual governo praticou contra o povo, como “a falsa reforma trabalhista” e a proposta da “falsa reforma da Previdência”.

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas, Bira, também compartilhou a ideia de Irapuan: “Os negros edificaram este país. Conseguimos construir uma grande nação”. Bira condenou a corrupção e o assalto à Petrobrás praticado pelo Cartel do Bilhão das empreiteiras encabeçado, pela Odebrecht, com a ajuda de corruptos ex-diretores da estatal e de partidos políticos, como o PT e PMDB.

Leia a cobertura do evento completa em www.horadopovo.com.br

26º Congresso da UMES: “Em defesa da Educação e do Brasil”

Estudantes criam canal de diálogo com o governo

Mais de mil estudantes de 170 escolas da capital paulista se reuniram, na última quinta-feira (10), no 26º Congresso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), onde elegeram a nova diretoria e decidiram as bandeiras de luta para a próxima gestão.

“Esse 26º Congresso da UMES é a síntese da grande gestão que nós realizamos nos últimos anos, nos mobilizamos contra a Reforma Trabalhista na grande greve geral em Brasília, contra a taxa de juros praticadas no país, contra a PEC 55, a vitória contra a Reforma da Previdência, além do crescimento do trabalho de base da UMES”, afirmou Caio Guilherme, que conduziu os trabalhos do Congresso e deixou a presidência da entidade.

Entre as principais pautas aprovadas pelos estudantes estão: Fora Temer; Mais Educação Menos Juros; Revogação da Reforma Trabalhista e tudo de ruim que foi aprovado; Contra a Reforma da Previdência; O Petróleo é nosso, contra os leilões; Pelo fim do Foro privilegiado – Cadeia para os Corruptos; Pela revogação da Reforma do Ensino Médio; Fim da Aprovação

Automática;

Lucas Chen, estudante da ETEC Getúlio Vargas, que foi eleito presidente da entidade para os próximos dois anos, disse que a “necessidade da juventude, nesse momento, é que o governo pare de passar os recursos fruto do trabalho de todo povo brasileiro, inclusive da juventude, para os bancos via os juros estratosféricos da dívida pública. É inadmissível que na crise em que nós vivemos hoje os bancos lucrem bilhões enquanto a juventude está largada, sem investimentos em educação, ciência e tecnologia, saúde, habitação e transporte”.

Pela primeira vez na história da entidade o governador do estado de São Paulo esteve presente no Congresso. Marcio França (PSB), que assumiu o posto em abril, se propôs a abrir um canal de diálogo com os estudantes para ouvir as pautas para a educação e da juventude. Ele reconheceu o sucateamento das escolas estaduais paulistas e pediu que cada estudante presente enviasse uma reivindicação de melhoria na estrutura de sua própria escola, o que afirmou que sua gestão vai resolver “o quanto antes”.



Estudante Lucas Chen foi eleito presidente da UMES

Ações na Justiça do Trabalho caíram 45%, segundo o TST

Seis meses após a aprovação da reforma trabalhista de Temer, a Justiça do Trabalho registrou queda de 45% das ações trabalhistas no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2017. Segundo Erotilde Ribeiro Minharro, especialista em Direito do Trabalho e professora da Faculdade de Direito de São Bernardo, o principal efeito da nova lei foi que o “trabalhador perdeu acesso à Justiça”.

Segundo levantamento do pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram ajuizadas 355.178 ações de janeiro a março de 2018, contra 643.404 no mesmo período de 2017, uma queda de 45%. Segundo a especialista, o recuo ocorreu porque ficou mais caro ajuizar uma ação trabalhista. “A reforma trata de forma errada a má-fé. Ela não pode estar vedando o acesso ao poder judiciário”, disse ela ao jornal Destak.

O texto aprovado na reforma estabelece que o trabalhador que faltar a audiências ou perder a ação terá de pagar custas do processo e o valor devido ao advogado da empresa, ainda que inicialmente tenha sido beneficiário de justiça gratuita. Se o juiz entender que ele agiu de má-fé, há multa e pagamento de indenização. Antes ele não pagava os chamados honorários de sucumbência (aqueles em o vencido tem que pagar ao vencedor), agora é necessário pagar sucumbência de 5% a 15% do valor da ação ou da parte da ação negada.

Isso significa que, por exemplo, se um trabalhador reivindicar pagamento de 13º salário, férias e horas extras, e o juiz aceita as duas primeiras exigências e nega a última, o reclamante pode ter que usar o crédito recebido pela ação das férias e 13º para pagar 5% a 15% do valor reivindicado das horas extras negadas.

“Isso inibe os pedidos. Antes havia acesso livre à Justiça do Trabalho. Agora, não”, afirmou Minharro.

Para além das ações trabalhistas, um dos principais argumentos para a aprovação da reforma foi o de que criaria empregos, mas a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, divulgada pelo IBGE, mostrou que a taxa de desemprego no Brasil subiu para 13,1% no primeiro trimestre de 2018, chegando a 13,7 milhões de desempregados. “O trabalhador perdeu muitos direitos e, segundo li na imprensa, não houve aumento do emprego formal. Houve precarização do emprego. Vejo muitos anúncios oferecendo trabalho intermitente”, acrescentou ela, lembrando que, nesta modalidade (sem horário ou jornada fixas) criada pela reforma, o trabalhador pode receber apenas R\$ 4,33 por hora, sem ter garantia alguma de que trabalhará um mínimo de horas por mês.

HP ESPORTES VALDO ALBUQUERQUE



Tite, na convocação desta segunda

Tite anuncia os convocados para a Copa do Mundo 2018

O técnico Tite anunciou nesta segunda-feira (14) a lista com os 23 nomes dos jogadores que disputarão a Copa do Mundo, entre 14 de junho e 15 de julho. Allisson, Ederson, Cássio, Danilo, Fagner, Marcelo, Filipe Luís, Miranda, Marquinhos, Thiago Silva, Geromel, Casemiro, Fernandinho, Paulinho, Renato Augusto, Fred, Philippe Coutinho, Willian, Neymar, Douglas Costa, Gabriel Jesus, Roberto Firmino e Taison.

A lista não apresentou grandes surpresas. Todos já vinham sendo convocados nos torneios e amistosos disputados. Talvez a grande ausência seja o volante Arthur, do Grêmio. A convocação discutível é a do para lá de limitado atacante Taison, do Shaktar Donetsk.

Apenas seis são remanescentes da Copa do 7x1: Marcelo, Thiago Silva, Fernandinho, Paulinho, Willian e Neymar. A lista com 35 nomes foi enviada à Fifa, mas não foi revelada pelo técnico Tite.

Apenas três jogadores atuam no Brasil: Cássio e Fagner, do Corinthians, e Pedro Geromel, do Grêmio.

Três convocados vão disputar a final da Liga dos Campeões da Europa, no próximo dia 26: o lateral-esquerdo Marcelo e o volante Casemiro, do Real Madrid, e o atacante Roberto Firmino, do Liverpool.

Excetuando esses três, os atletas irão iniciar os treinamentos no dia 21, na Granja Comary, em Teresópolis. No dia 27, embarcam para Londres. No dia 3 de junho, haverá um amistoso contra a Croácia, em Liverpool, e no dia 10 contra a Áustria, em Viena. A Seleção estréia na Copa no dia 17 de junho, contra a Suíça, em Rostov-on-Don.

Reforma trabalhista: Fachin vota contra restrição à justiça gratuita



Presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, durante o Congresso



Assembleia na última sexta-feira, 11, aprovou pelo encerramento da greve

Servidores de Florianópolis conquistam aumento real e encerram greve: ‘Luta contra OSs continua’

Após um mês de greve e intensa mobilização, os servidores públicos municipais de Florianópolis garantiram que a Prefeitura pague o reajuste devido à categoria, de 2% real, decidiram, em assembleia na última sexta-feira (11), encerrar as paralisações. Os serviços públicos voltaram a funcionar normalmente no sábado (12).

A greve garantiu que os acordos firmados em 2014, que previam 1% de aumento real por ano até 2019, sejam cumpridos. O prefeito Gean Loureiro (PMDB), que deu calote nos trabalhadores em 2017 e 2018, terá agora que efetivar os aumentos, que serão concedidos em maio e em novembro.

Os servidores deram início à greve no dia 11 de abril em campanha

salarial e contra a proposta de que os serviços públicos de saúde e creches fossem geridos por Organizações Sociais (OS). Essa proposta, denominada “Projeto das OS’s” foi votada na Câmara dos Vereadores em caráter de “urgência urgentíssima”, sem passar pelos conselhos municipais de saúde e educação e ainda sob forte repressão policial às manifestações populares.

Agora, a categoria irá manter a mobilização pela revogação do projeto. O Sindicato dos Servidores (Sintrasm) deu início à coleta de assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) pela revogação do Projeto das OS’s. Para que uma PLIP passe a tramitar, são necessárias assina-

turas de 5% do eleitorado municipal, o que em Florianópolis representa 17 mil pessoas. No primeiro dia da coleta de assinaturas, mais de mil foram recolhidas.

Na reunião com a Prefeitura, os servidores conseguiram que, ao invés de desconto salarial dos dias parados, sejam descontados apenas três e parcelados em três meses a partir de maio. Os demais dias serão compensados com horas trabalhadas e devidamente remuneradas.

Parte da pressão contra a greve, foi aplicada uma multa ao Sindicato, que após negociação, ficou finalizada em R\$ 40 mil, que será convertida em prestação de serviços sociais, como cursos de capacitação profissional.

Minas Gerais: governo Pimentel atrasa parcela de salário e funcionários da educação e saúde marcam paralisação

Os servidores públicos de Minas Gerais, que já têm recebido seus salários parcelados em três vezes há mais de dois anos, terão a primeira parcela de maio também atrasada. Fernando Pimentel (PT), governador do estado, diz que descobriu irregularidades na folha de pagamento e, por isso, adiou o pagamento de todos os servidores. Em resposta, professores e trabalhadores de Unidades de Saúde programam paralisações para esta semana.

As primeiras parcelas estavam sendo pagas no dia 16 desde fevereiro de 2016, mas Pimentel não deu uma data precisa para que o pagamento referente a maio aconteça. Com o discurso das fraudes, Fernando Pimentel acredita ser justo não pagar o salário de nenhum dos servidores. De acordo com ele, para os casos regulares, o atraso será de “dois ou três dias”,



enquanto os irregulares, que podem passar de 100 mil trabalhadores, não há previsão.

Os servidores estão se organizando para garantir que o pagamento seja feito na data anunciada anteriormente. Os trabalhadores da educação anunciaram paralisação para a quarta-feira (16). De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais (Sind-UTE), “a paralisação e a manifestação são respostas da categoria diante do injustificável atraso do

pagamento anunciado pelo governador Fernando Pimentel de alterar a data do recebimento da primeira parcela do pagamento do salário”.

“Nós precisamos de uma posição, tem pessoas sem dinheiro para ir trabalhar”, disse indignada Marcela de Faria Moraes, do Sindicato dos Profissionais em Enfermagem de Uberlândia (Sindisaúde). Marcela falou que os trabalhadores de várias Unidades de Saúde estão dispostos a fazer greve pelos seus salários.

SFT avalia Ação contra pontos da reforma que mudam CLT e prejudicam mais pobres

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, defendeu na última quinta-feira, 10, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5766, contra dispositivo da Lei 13.467/2017, a reforma trabalhista, que alterou a abrangência da justiça gratuita. A ADI contesta a restrição da justiça gratuita aos pobres, o que, segundo Fachin, “pode conter em si a aniquilação do único caminho que dispõe esse cidadão para ver garantido seus direitos sociais trabalhistas”.

A ADI foi aberta em agosto do ano passado pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que pediu para serem derrubados os artigos 790-B, 791-A e 844 da nova lei. Esses artigos responsabilizam a parte sucumbente (vencida) pelo pagamento de honorários periciais, ainda que beneficiária da justiça gratuita. A nova lei também exige que, quando obtiverem crédito em um processo, o beneficiário deverá pagar esses honorários, mesmo o valor sendo proveniente de outra ação.

Fachin pediu para antecipar o voto, que foi pela inconstitucionalidade das mudanças. Já Luís Roberto Barroso, relator do processo, apresentou voto validando parte das mudanças. Segundo Barroso, a forma como estava a lei anteriormente (gratuidade plena, sem nenhum ônus ao trabalhador pobre, independente do resultado) “incentivava” os cidadãos a entrarem na justiça; classificando a única chance de defesa jurídica dos direitos dos trabalhadores pobres como “um incentivo estatal a litigância fútil”, como se as buscas da Justiça pelos trabalhadores para questionar a violação de direitos trabalhistas ocorressem sem motivações reais.

Para Ubiraci Dantas, o Bira, presidente da CGTB, que está apoiando a ADI na qualidade de Amicus Curiae (pessoa, entidade ou órgão com profundo interesse em uma questão jurídica, na qual se envolve como um terceiro por considerar ter intensa conexão com o caso), “a característica neoliberal presente no pensamento do ministro Barroso acabou se sobressaindo, mas falou muito mais alto a sapiência e noção da realidade do Ministro Fachin. Afinal, quem acredita que é válido retirar a gratuidade da justiça por que o trabalhador é aventureiro não vive no Brasil. Não é possível alguém achar que hoje a grande maioria das ações trabalhistas é infundada. Se o trabalhador tiver de pagar sucumbência e advogados, então a tendência é não processar ninguém, ainda que tenham sido cometidas as maiores atrocidades contra ele, por medo de perder e ter de pagar”, denunciou o sindicalista.

O argumento do relator foi contestado por Fachin em seu voto, que apontou que “mesmo que os interesses contrapostos a justificar as restrições impostas pela legislação ora impugnada sejam assegurar uma maior responsabilidade e um maior compromisso com a litigância para a defesa dos direitos sociais trabalhistas, verifica-se, a partir de tais restrições, uma possibilidade de real de negar-se direitos

fundamentais dos trabalhadores pela imposição de barreiras que tornam inacessíveis os meios de reivindicação judicial de direitos, o que não se pode admitir no contexto de um Estado Democrático de Direito”.

O jurista argumenta que a proteção judicial ao trabalhador de baixa renda, através da gratuidade, sempre foi parte do direito brasileiro e encontra-se fortemente consolidada pela jurisprudência, em especial da segunda turma, “que associa tais garantias ao direito de ter direitos, reafirmando que restrições indevidas a estas garantias institucionais podem converter as liberdades e demais direitos fundamentais por elas protegidos em proclamações inúteis e promessas vãs”. O ministro lembra que “desde a Constituição de 1934, o direito à gratuidade da justiça é reconhecido como um direito de âmbito constitucional, fazendo parte do regime de garantias e direitos essenciais para a vida política e social brasileira”.

Mesmo contestando a gratuidade, o próprio relator reconheceu que a reforma trabalhista “não enfrentou nem a complexidade da legislação, nem os descumpridores contumazes da legislação trabalhista”, disse Barroso. Logo, o ministro propôs que os beneficiários da justiça gratuita só terão que pagar honorários a advogados e pericia se receberem créditos que superem o teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), hoje em R\$ R\$ 5.645,80. Além disso, o montante a ser pago fica limitado a 30% do valor líquido dos créditos recebidos.

Nesse sentido, Fachin ressaltou que “dos obstáculos, que comumente são indicados ao acesso à Justiça, os de ordem econômica costumam ser os primeiros e mais evidentes. Considerando que os custos da litigação perante o Poder Judiciário são muito altos, e que a jurisdição civil é bastante onerosa para os cidadãos em geral, verifica-se que há um afastamento significativo das classes economicamente mais frágeis do acesso à Justiça institucionalizada”, e acrescenta que “a desigualdade social gerada pelas dificuldades de acesso isonômico à educação, mercado de trabalho, saúde, dentre outros direitos de cunho econômico, social e cultural, impõe que seja reforçado o âmbito de proteção do direito que garante outros direitos, especialmente a isonomia. A restrição, no âmbito trabalhista, das situações em que o trabalhador terá acesso aos benefícios da gratuidade da justiça, pode conter em si a aniquilação do único caminho de que dispõem esses cidadãos para verem garantidos seus direitos sociais trabalhistas”.

A votação foi suspensa por pedido de vistas (mais tempo para análise da matéria) do ministro Luiz Fux e não há prazo para que as votações sejam retomadas. O processo foi aberto pelo STF na quarta-feira (9) e, na ocasião, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que “a propósito de obter redução de demandas temerárias na Justiça do Trabalho, essa nova lei padece de vício de proporcionalidade, ao impor restrição desmedida a direitos fundamentais”.

Metalúrgicos convocam ato em S. José dos Campos contra venda da Embraer

Os Sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos, de Botucatu e de Araraquara estão organizando para esta terça-feira, 15, as 16h, uma manifestação estadual contra a venda da Embraer para a norte-americana Boeing.

O protesto cobra um posicionamento do poder público em relação à possível compra. Segundo o sindicato de São José, foram enviadas “cartas à Prefeitura e ao governo do Estado pedindo reuniões para discutir o tema, mas não obteve qualquer resposta. Na Câmara Municipal, os vereadores também se recusaram a realizar uma audiência pública para debater o tema com a sociedade”.

Para o vice-presidente do Sindimetal de São José, Herbert Carlos, “a empresa tem papel fundamental na economia do país e o poder público não pode simplesmente ficar calado diante da possibilidade da Embraer deixar o Brasil”.

A Embraer é, atualmente, uma potência na indústria aeronáutica e está entre as maiores do mundo. As entidades afirmam que a compra da Embraer pela Boeing, levará a companhia brasileira a ser reduzida a uma mera fabricante de componentes aeronáuticos, o que necessariamente reduziria a sua importância, destacando ainda que a privatização gera desemprego e sucateamento.

Comissão do Senado aceita com louvor ‘Rainha da Tortura’ para assumir a chefia da CIA

Ao aceitar depois de sabatina o nome de Gina Haspel – conhecida como “Gina Sanguinária” e “Rainha da Tortura”- indicado por Trump para diretora da CIA, o Comitê de Inteligência do Senado dos Estados Unidos fez uma exposição reveladora da criminalidade do aparato de inteligência, bem como do papel do estado na desintegração dos processos democráticos.

O assunto em questão era se uma mulher que desempenhou um papel direto e íntimo na tortura de detidos mantidos incommunicáveis - em todo o planeta - deveria ser nomeada para chefiar o que um senador descreveu como a “principal agência de inteligência do mundo”.

A audiência foi marcada por homenagens tanto de democratas como republicanos ao trabalho de uma agência há muito tempo apelidada de “Assassina, Inc.” por seus crimes, incluindo a organização de assassinatos políticos, a criação de exércitos terroristas e a orquestração de golpes fascistas-militares.

Após a audiência, o senador da Virgínia Ocidental, Joe Manchin, se tornou o primeiro democrata a anunciar seu apoio à indicação, dizendo a Haspel o que já havia dito aos eleitores: “eu me orgulho do que vocês fazem nos serviços secretos”. O que pessoas como Haspel fizeram foi amplamente documentado no próprio relatório do painel de inteligência sobre tortura, divulgado em 2014, devido às objeções da CIA, que espionou funcionários do Senado e até invadiu o sistema de computação do comitê em um ataque direto aos poderes constitucionais do Congresso.

Nenhum membro do comitê, incluindo a democrata Dianne Feinstein, que o presidiu na época, achou por bem citar tal relatório. A versão não classificada de 500 páginas descobriu que as atividades lideradas por Haspel incluíam prender prisioneiros por períodos prolongados em caixas minúsculas, bater suas costas e cabeças repetidamente na parede, e usar uma técnica de “water boarding” em que a água é despejada através de um pano colocado sobre a boca e o nariz da vítima, induzindo ao afogamento. O Comitê descobriu que entre as centenas de pessoas que foram sequestradas, detidas e torturadas ilegalmente, alguns morreram como resultado de seu tormento..

Questionada sobre as práticas, Haspel respondeu: “acredito que a CIA fez um trabalho extraordinário para impedir outro ataque a este país, dadas as ferramentas legais que nos pediram para usar”.

Sua versão mal modificada da defesa inflamada pelos nazistas em Nuremberg foi que estava só seguindo ordens e que foi informada pelos superiores de que suas ações eram completamente legais - em flagrante violação às Convenções de Genebra, da Oitava Emenda à Constituição dos EUA e dos estatutos dos EUA proibindo tortura.

Ninguém foi punido pelos graves crimes cometidos pelo governo Bush, de uma guerra ilegal de agressão ao Iraque que ceifou mais de um milhão de vidas e à tortura sistemática de detidos. Avançando o slogan cínico de “olhar para frente, não para trás”, Barack Obama e seu Departamento de Justiça bloquearam qualquer processo contra os próprios torturadores da CIA ou aqueles, de George W. Bush e Dick Cheney, que supervisionaram suas atividades terríveis.

Obama promoveu John Brennan, que, como superior de Haspel na agência, desempenhou um papel importante no programa de raptos ilegais, extradição extraordinária e tortura. Brennan continuou a dirigir o programa de assassinato de drones de Obama antes de voltar para a CIA como seu diretor.

A tagarelice dos democratas sobre a moralidade é verdadeiramente obscena. Sua única preocupação é que a elevação de Haspel - conhecida por seus colegas agentes como “Bloody Gina” por seu gosto pouco saudável pela tortura - minará a capacidade de Washington de agitar a falsa bandeira dos “direitos humanos” para justificar futuros atos de agressão.

Talvez mais significativamente, ela seria o primeiro oficial de operações da divisão de Serviços Clandestinos da agência a se tornar o diretor da CIA desde a ascensão em 1973 de William Colby, famoso por sua direção da Operação Fênix, uma campanha massiva de assassinatos e tortura que ceifou a vida de dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças no Vietnã.

Aueles que apoiam a nomeação de Haspel - incluindo virtualmente todos os ex-diretores da CIA de administrações democratas e republicanas, juntamente com poderosas seções do establishment governante dos EUA - a vêem como candidata adequada para liderar uma agência que se prepara para a guerra no exterior e a repressão em casa.

Extraído de coluna de Bill Van Auken, publicada no site usws.org



Gina Haspel também é conhecida como “Gina Sanguinária”

França defende ‘soberania da UE’ frente às sanções de Trump



Ministro Bruno Le Maire (centro): “UE não pode agir como vassalo dos EUA”

Chanceler do Irã visita Pequim e Moscou para reafirmar a preservação do Acordo

O chanceler russo, Sergei Lavrov, reafirmou, ao receber em Moscou o ministro das Relações Exteriores do Irã, Mohamad Javad Zarif, o compromisso da Rússia com o Acordo Nuclear multilateral com o país persa. Ele acrescentou que a Rússia está realizando contatos com todas as partes do tratado, exceto os EUA, que se retiraram, em defesa da sua preservação. “Rússia e outros países têm legítimos interesses no Acordo Nuclear, que devem ser conjuntamente defendidos”.

“A posição da Rússia é encorajadora para nós”, afirmou Zarif, que revelou a disposição de Teerã de realizar consultas para a manutenção do Acordo no formato 4+1 (após retirada unilateral de Trump).

“Desafortunadamente, o confronto com as regras e leis internacionais se tornou uma prática habitual do governo norte-americano”, acrescentou o chanceler iraniano. O JCPOA (sigla do acordo, em inglês) “corresponde ao equilíbrio de compromissos entre o lado iraniano e a Europa e, em particular, os Estados Unidos, e certamente este equilíbrio foi minado após a retirada dos EUA”, assinou. O encontro ocorreu na segunda-feira (14)

Navéspera, Zarif se reuniu em Pequim com o chanceler chinês Wang Yi, em busca de apoio para a preservação do Acordo. “O lado chinês está pronto para dar apoio para um contato próximo

e coordenação com todas as partes do Acordo. Dado seu objetivo, e justa e responsável posição, [Pequim] continuará a fazer todos os esforços para proteger o amplo Acordo”, afirmou Wang. Ele acrescentou que o acordo nuclear com o Irã é o resultado de “esforços multilaterais, contribuindo para a proteção do regime internacional de não-proliferação, e em apoio à paz e estabilidade no Oriente Médio”.

Também no domingo, o chanceler francês Jean-Yves Le Drian, afirmou em Dublin que os europeus são “acionistas” do tratado com o Irã, e vão “permanecer assim”. Nesta terça-feira, os chanceleres francês, britânico e alemão irão se reunir com Zarif em Bruxelas.

Trabalhadores tomam as ruas de Londres contra arrocho salarial e corte nos direitos

Milhares de manifestantes tomaram as ruas de Londres no último sábado para exigir aumento salarial, respeito aos direitos sociais e trabalhistas, e denunciar os sucessivos cortes realizados nas áreas sociais. Conforme denunciaram os trabalhadores, os salários reais na Inglaterra têm estado em declínio durante os últimos 17 anos.

Erguendo cartazes e entoando palavras de ordem, professores, enfermeiras, trabalhadores dos correios, lixeiros e várias categorias de servidores públicos se somaram aos ferroviários e ao pessoal do McDonald’s numa marcha para denunciar a gravidade da devastação neoliberal. Após uma década de crise financeira, os salários reais no país valem 24 libras por semana a menos do que em 2008 e as projeções é que não retornem aos níveis pré-crise antes de 2025.

Diante da gravidade da situação, convocados pela

central sindical TUC, os manifestantes reivindicam “um novo pacto” trabalhista, mais investimentos na saúde e na educação e o imediato fim do arrocho.

O secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos, Mark Serwotka, advertiu que se o governo não reajustar os salários em 5%, o único caminho possível será a paralisação dos serviços. “Os servidores públicos já sofreram o bastante com o congelamento salarial e os cortes de postos de trabalho. Se o governo não ceder, iremos à greve”, sublinhou.

Para a secretária-geral da TUC, Frances O’Grady, “há um novo ambiente no país. As pessoas têm sido muito pacientes, mas agora pedem um novo acordo por empregos decentes, salários justos, verbas para os serviços públicos e sindicatos fortes”. “Você não pode distribuir dividendos

inflados aos acionistas e ao mesmo tempo cortar salários dos empregados. Você não pode afrouxar os ganhos das cúpulas e dizer aos trabalhadores para apertar os cintos. Você não pode construir empresas de dimensão mundial e jogar seu peso nas costas dos trabalhadores, com direitos de segunda classe. A ganância tem que parar”, enfatizou.

“Estamos submetidos a muita pressão, baseado num mercado de trabalho flexível e empregos fictícios”, acrescentou o dirigente do Sindicato de Trabalhadores nas Comunicações, Dave Ward.

Conforme o relatório divulgado pelo TUC no início do mês, a Inglaterra soma hoje 1 milhão de crianças mergulhadas na pobreza a mais do que tinha em 2010, sendo que, devido aos sucessivos cortes nos programas sociais, cerca de 3,1 milhões de crianças vivem agora no limiar da subsistência.

Hondurenhos protestam contra deportação massiva pelos EUA

Comandados pelo ex-presidente Manuel Zelaya, centenas de manifestantes marcharam até a frente da embaixada dos Estados Unidos, neste sábado, em Tegucigalpa, para rechaçar o cancelamento do Status de Proteção Temporária (TPS) que acolhia cerca de 60 mil imigrantes hondurenhos. Com 44 mil dos seus residentes - 22% dos 254.550 migrantes de origem centro-americana nos EUA -, Honduras é o país mais afetado pela medida anunciada pela administração Trump.

Coordenador da Aliança de Oposição contra a Ditação, Zelaya afirmou que o governo de Juan Orlando Hernández deveria negociar o TPS ou a residência permanente em troca dos “tratados comerciais e militares” assinados de forma submissa com os estadunidenses.



Manifestantes seguiram até a embaixada dos EUA

O TPS favorecia cidadãos de países afetados por catástrofes naturais ou conflitos bélicos. No caso de Honduras, foi a partir da devastação causada pelo furacão Mitch, em 1999.

Dezenas de milhares de nicaragüenses, haitianos e salvadorenhos já haviam sido atingidos pela medida e têm agora até setembro de 2019 para regressar

ou tentar a loteria, enfrentando a burocracia na busca de documentos que os “legalizem”.

Organizações de direitos humanos condenaram a determinação da administração Trump por considerar que não existem as mínimas condições para que retornem, devido aos altos índices de violência, pobreza e insegurança existentes.

O ministro da Economia Bruno Le Maire afirmou: “não aceitaremos sanções extraterritoriais” como as que os EUA tentam impor ao Irã e ao mundo

Diante das reiteradas ameaças do governo Trump de que as suas novas sanções contra o Irã têm de ser obedecidas também pelas empresas europeias ou serão punidas, a questão tomou conta do noticiário no Velho Continente, com o ministro da Economia da França, Bruno Le Maire, assinalando que “a resposta à decisão americana sobre o Irã é clara: a soberania econômica europeia”.

A “extraterritorialidade” das leis americanas, se soma a imposição de sobretaxas sobre as exportações de aço e alumínio europeias. Em entrevista à Europa-1, Le Maire afirmou que a União Europeia não pode agir como “vassalo dos EUA” no caso do Acordo Internacional Nuclear com o Irã – rompido unilateralmente por Washington. Ele também repudiou que os EUA sejam “o gendarme econômico do mundo”.

“Nós aceitamos sanções extraterritoriais? A resposta é não”. O ministro da Economia francês continuou: “nós aceitamos que os Estados Unidos são o gendarme econômico do planeta? A resposta é não”. Finalmente: “nós aceitamos a vassalização da Europa em assuntos comerciais? A resposta é não”.

Trump havia anunciado “o mais alto nível de sanções” contra o Irã, ao romper e violar o tratado assinado por todos os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mais a Alemanha, e cujo cumprimento vem sendo atestado pela Agência Internacional de Energia Atômica, sob o mais rígido regime de inspeção já aplicado a um país. Em troca, o Acordo assegura ao Irã o fim das sanções enquanto o tratado for cumprido.

“É urgente passar das palavras para os atos”, afirmou o ministro francês, sobre o enfrentamento da ilegal extraterritorialidade de sanções e leis norte-americanas. Também o chanceler francês Jean-Yves Le Drien denunciou que “inaceitável” a “extraterritorialidade das sanções americanas”. Ele acrescentou que os europeus “não deveriam ter de pagar” pela saída dos EUA de um acordo “para o qual eles mesmos contribuíram”.

O porta-voz do Palácio Elisee, Benjamin Griveaux, já havia dito que a UE estava pronta “a desafiar na Organização Mundial do Comércio” a qualquer medida unilateral [dos EUA] que prejudicasse os interesses das companhias europeias e que “responderia de forma proporcional, de acordo com as regras da organização internacional”.

A discussão também chegou a outros países europeus. Na Alemanha, a capa da revista Der Spiegel apresenta um dedo médio [com o tope de Trump pintado nele] sendo exibido, e os dizeres: “Adeus, Europa”. A primeira-ministra Angela Merkel, ao mesmo tempo em que diz que se deve “preservar a aliança transatlântica”, assevera também que a Europa “deve tomar seu destino nas próprias mãos” e não depender da “proteção americana”.

A italiana Federica Mo-

gherini, chefe da diplomacia europeia, declarou que a União Europeia está determinada “a agir de acordo com seus interesses de segurança e a proteger seus investimentos econômicos”. Se prevalecerem as sanções de Trump, a Europa perderá bilhões em exportações e investimentos no Irã, com a Airbus, que tem um contrato de 10 bilhões de euros para fornecer aeronaves civis, entre as maiores perdedoras, assim como a petroleira Total (5 bilhões para projetos de gás no campo de South Parks). Perdas análogas esperam a Alemanha, a Grã Bretanha e a Itália, principalmente.

Nesta terça-feira, o chanceler iraniano Mohamad Javad Zarif está em Bruxelas, em seguida a viagem a Moscou e Pequim, em busca de preservar o Acordo Nuclear, o que pressupõe que os contratos assinados com o Irã sejam respeitados e continue sendo negociado o petróleo iraniano com os europeus (entre 2011 e 2016, Washington proibiu a UE de comprar petróleo iraniano). Em telefonema ao presidente iraniano Hassan Rouhani, a primeira-ministra inglesa, Theresa Blair, saudou a disposição do Irã de manter o Acordo. Ela, o presidente francês Macron e Merkel haviam afirmado, em declaração conjunta, que continuavam no Acordo, enquanto o Irã o cumprir.

Como lembrou a chanceler Mogherini, “o levantamento das sanções é uma parte essencial do acordo”. Assim, tem que ser encontrada uma solução para a preservação da parte econômica do Acordo com o Irã, o que pressupõe encerrar, pelo lado europeu, a “extraterritorialidade das sanções”. Para o ministro Le Maine, é urgente que a Europa discuta a adoção de ferramentas financeiras “que a tornem independente dos EUA”.

Para começar, deveria ser ampliado e intensificado o mecanismo europeu, criado nos anos 1990, para contornar a lei extraterritorial anti-Cuba, a Helms-Burton, e que viabilizou manter negócios com a Ilha. Também deveria ser criado um novo organismo europeu com poder de sancionar empresas estrangeiras por práticas comerciais, como os EUA já fazem.

Le Maire sugeriu, ainda, uma linha de crédito em euros à disposição das empresas que comercializam com o Irã, para evitar processos sob a cínica alegação de Washington de que, como usou o dólar, seria “violação” das suas sanções.

Há ainda o confronto sobre as sobretaxas nas exportações europeias de aço e alumínio, classificadas por um alto assessor de Macron, ouvido pela Reuters, como “uma arma apontada para a nossa cabeça”. Ele pediu que as empresas europeias sejam isentadas das sobretaxas e das sanções. Cúpula europeia informal nesta quarta e quinta-feira em Sofia, Bulgária, irá decidir sobre a questão. “Não há sinal de divisão entre os europeus. Tudo indica que a posição europeia será firme e unificada”, asseverou.

ANTÔNIO PIMENTA

Assad: ‘EUA estão na Síria para dar suporte aos terroristas’

O presidente da Síria, Bashar al-Assad, afirmou “que a única missão cumprida pelos EUA na Síria se deu quando eles ajudaram o Estado Islâmico” na tentativa de derrotar o governo do país. Os comentários foram feitos durante entrevista realizada pelo jornal grego Kathimerini na sede do governo, na quarta-feira (10).

Ao relatar o apoio dos Estados Unidos aos terroristas ele recordou do apoio americano na fuga dos mercenários de Raqqa. “Isso foi comprovado por vídeo. Foi com o apoio dos EUA que os líderes do Estado Islâmico escaparam de Raqqa, indo em direção a cidade de Deir Ezzor para ganhar fôlego e continuar lutando contra o exército sírio”.

“A outra missão cumprida” pelos americanos na Síria se deu “quando eles atacaram o exército sírio no final de 2016”, na tentativa de evitar que nossas forças armadas resistisse à ocupação da cidade pelo Estado Islâmico. “Quero dizer, a única força para defender aquela cidade do Estado Islâmico era o exército sírio, e por causa do ataque dos americanos e de seus aliados, entre os quais a França, Inglaterra, juntamente com a Arábia Saudita, Catar e Turquia, Deir Ezzor ficou à beira de cair nas mãos do Estado Islâmico”.

Para o presidente sírio, o interesse dos EUA em favor das forças terroristas busca disseminar o caos para inviabilizar a unificação do país.

Propinoduto da Odebrecht irrigou geral na Argentina

O juiz argentino Sebastián Casanello, em uma das investigações vinculadas à Odebrecht no país, entrou, na terça-feira, 8, com um processo contra ex-funcionários e empresários por “contratações direcionadas, nas quais foram pagos sobrepreços” para as obras da estação de tratamento de águas Paraná de las Palmas, na cidade de Tigre, e da Planta de pré-tratamento de resíduos de esgoto de Berazategui, ambas na província a Buenos Aires, informou Irina Hauser, em artigo do jornal Página 12.

Na Argentina correm três investigações centrais sobre contratos e propinas vinculados à Odebrecht, embora haja várias outras em gestação. A que está a cargo de Casanello é uma delas: em outra são analisadas obras para a ampliação de dois gasodutos e a terceira investiga as contratações e subornos para o as escavações para o trem subterrâneo Sarmiento*. Todos os processos envolvem obras, empresas e funcionários dos governos de Cristina Kirchner e de Maurício Macri. Delatores da operação Lava Jato apontaram montantes que superariam os 35 milhões de dólares que a Odebrecht reconheceu ter pago na Argentina.

Julio De Vido, ministro de Planificação Federal, Investimento Público e Serviços nos governos de Néstor e Cristina Kirchner é um dos principais acusados. A sua defesa diz que “só lhe atribuem questões de caráter administrativo relativas à organização do ministério que não são judiciais”. Agora Casanello vincula tanto a ele como a seu principal ex-assessor, Roberto Baratta, e ao ex-secretário de Obras Públicas, José López, com a possível trama de propinas.

CASANELLO

A decisão de Casanello de terça passada afeta o ex titular de Águas e Saneamentos Argentinos, Aysa, Carlos Ben, e também atinge a grandes empresários como Aldo Roggio, chefe do grupo Roggio – dono, entre outras empresas, de Metrovías, concessionária do metrô de Buenos Aires e outras ferrovias privatizadas –, a Carlos Wagner, ex-presidente da Cámara da Construção e Tito Biagini, ex-presidente da empresa de construção civil, José Cartellone. As três empresas estão entre as principais empreiteiras do gover-

*As obras de escavações para o trem subterrâneo do Sarmiento foram licitadas em 2006, durante a gestão de Néstor Kirchner, e adjudicadas dois anos depois. O vitorioso na licitação foi o consórcio UTE, que reuniu a empresas italiana Ghella, a Odebrecht, as espanholas Comsa-EMTE, além da Iecsa (empresa do primo de Macri).

Israel mata 58 palestinos e fere 2,7 mil. ONU exige fim do massacre



‘Morte chocante de dezenas, e centenas feridos a bala, tem de parar imediatamente’

75% dos argentinos repudiam a decisão de Macri de submeter país aos ditames do FMI

Por Daniel S. Grynbaum

A decisão de Mauricio Macri de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), negociando o acesso a um empréstimo ‘stand by’, é rechaçada por 77% dos argentinos, cifra que inclui 30% dos partidários da coalizão oficialista, Cambiemos. Esses dados surgem da pesquisa, exclusiva para o jornal Página12, realizada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CEOP), divulgada no domingo, dia 13.

Embora depois do encontro ocorrido no dia 9 passado entre o ministro de Fazenda, Nicolás Dujovne, e a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, não se publicou o valor solicitado pela Argentina, as informações já vazadas assinalam que seria de pelo menos 30 bilhões de dólares.

Não é por acaso a rejeição da população. O crédito na modalidade “stand by” se caracteriza por incluir propostas de reformas que o país receptor se compromete a adotar. E essas condições já começaram a ser aplicadas por Macri. O governo argentino, na semana passada, elevou os juros para 40%, hoje os mais altos do mundo, e anunciou um corte no investimento público de mais de 1,5 bilhão de dólares. [A redução do gasto público é essencial, especialmente nas áreas onde ele aumentou muito rapidamente nos últimos anos, em particular os salários, as pensões e as transferências sociais], definiu o FMI no artigo IV do Informe sobre a situação do

país, quando começava a se discutir nos bastidores o empréstimo hoje em fase final.

O retorno da Argentina ao FMI depois de 12 anos acontece no bojo de uma grande mobilização para impedir os descontrolados aumentos de tarifas públicas que estão sendo aplicados. Na segunda-feira, 14, o governo iniciou uma ação judicial para tentar bloquear medidas cautelares contra os chamados ‘tarifazos’, e ainda denunciou o Centro de Estudos para a Promoção da Igualdade e a Solidariedade (Cepis) pela sua ação destinada a frear o último aumento de gás, que já acumula um ajuste médio de mais de 1000% em dois anos. A inflação foi de 41% anual em 2016 e 24,8% em 2017.

Nicarágua levanta-se contra governo Ortega e Exército defende diálogo em vez de repressão

Milhares de nicaraguenses marcharam, no domingo 13, desde as principais cidades do país até Masaya, berço histórico da luta sandinista contra a ditadura de Somoza, cuja população foi viveu violentos enfrentamentos, incêndios e saques que deixaram pelo menos um morto e mais de 150 feridos, nos últimos dias.

Nesse contexto, o Exército da Nicarágua tomou distância, no sábado, 12, da atuação do presidente Daniel Ortega ao afirmar que “não reprimirá” a população que se manifesta contra o governo.

“Não temos porque reprimir” o povo que se manifesta nas ruas, frisou o porta-voz do Exército, coronel Manuel Guevara. “Acreditamos que o diálogo é a solução” para resolver a atual crise, disse, referindo-se às generalizadas manifestações de protesto e bloqueios de estradas que provocaram mais de 60 mortos.

A caravana que saiu da capital, Manágua, e de várias outras cidades, se dirigiu à Masaya, cidade de 170 mil habitantes, a maioria agricultores e artesãos, localizada a 25 quilômetros da capital, onde no sábado,

dia 12, a população resistiu com pedras, estilingues e morteiros caseiros à investida da polícia, que no domingo voltou aos quartéis. A marcha incorporou em seu caminho milhares de manifestantes que aderiram à exigência de justiça pelo assassinato de dezenas de pessoas nos protestos iniciados por estudantes universitários em 17 de abril. Reivindicam ainda mais verbas para a educação, melhores salários e empregos.

O governo, atendendo à recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI), tinha anunciado um aumento nas contribuições para a Previdência de 3,5% para os empregadores (de 19% a 22,5%) e de 0.75% para os trabalhadores (aumentando de 6.25% para 7%), cortando em 5% as pensões dos aposentados. Encurralado por grandes e sucessivas manifestações, o presidente Daniel Ortega cancelou a reforma. Mas os protestos não pararam.

O sacerdote Augusto Rodríguez, pároco da igreja de San Sebastián, bairro indígena de Monimbó em

Masaya, relatou que desde a sexta-feira passada, dia 11, viveram dias de repressão duríssima e de violência de grupos paramilitares apoiados pela polícia, que atacaram a população e queimaram casas e comércio.

O dirigente da Associação Nicaraguense de Proteção de Direitos Humanos, Álvaro Leiva, denunciou que os enfrentamentos na região deixaram 150 feridos, além da morte de um jovem por impacto de bala.

A polícia recolheu-se para a agência da instituição no centro de Masaya, como resultado de uma trégua alcançada na madrugada de domingo entre autoridades, representantes da Igreja católica da localidade e organismos de direitos humanos. A marcha de Masaya é a quarta que se realiza contra o governo de Ortega desde que estourou a crise no país centro-americano.

Na segunda-feira, 14, os taxistas de Manágua começaram uma greve contra o aumento do preço dos combustíveis. Bloquearam ruas e avenidas com seus automóveis, o que provocou um caos no trânsito.

Ex-premiê da Malásia Nagib Razak é proibido de sair do país por envolvimento em desvio de US\$ 4,5 bilhões

O ex-primeiro-ministro da Malásia, Najib Razak, e sua esposa, Rosmah Mansor, foram proibidos de deixar o país no sábado (12). A proibição se deu pelo envolvimento de Razak no desvio de US\$ 4,5 bilhões de um fundo público de investimento (1MDB). A proibição ocorreu três dias após sua derrota nas eleições do dia 9.

A medida foi tomada pelo novo primeiro-ministro, Mahathir Mohamad (92), que se elegeu sob a promessa de levar o escândalo à Justiça. Razak deve “enfrentar as consequências” das investigações, afirmou o novo primeiro-ministro.

Mahathir obteve 121 dos

222 assentos no parlamento, fruto da coalizão integrada pelo novo partido de Mahathir, com mais duas agremiações, o aproximando do liberal Anwar Ibrahim, um de seus antigos oponentes políticos, que desde 2015 está preso sob a acusação de sodomia, que é considerada crime na Malásia. No esforço de assegurar a complexa aliança de seu governo, Mahathir indicou a esposa de Ibrahim, Wan Azizah Wan Ismail, como vice-primeira ministra no dia 12, ao mesmo tempo que anunciou que o rei Muhammad V está disposto a indultá-lo.

Além da investigação dos casos de corrupção, em um

de seus primeiros pronunciamentos, Mahathir disse que o país “tem recursos” para abolir o detestado Imposto sobre Bens e Serviços (GST, na sigla em inglês), criado por Razak, que incide basicamente sobre o consumo e taxa de forma regressiva as menores faixas de renda da população.

Mahathir foi primeiro-ministro de 1981 a 2003 e se destacou durante a Crise da Ásia de 1997 ao tirar o país da crise, estabelecendo controles de capital e adotando medidas anti-neoliberais, contrariando as ordens do FMI. Também desenvolveu a estatal de petróleo Petronas e fundou a indústria automobilística malaia em 1982, com a estatal Próton.

Franco atiradores israelenses assassinam e ferem em massa civis na fronteira com Gaza no dia em que filha e genro de Trump inauguraram a nova embaixada em Jerusalém

Enquanto o genro e a filha de Donald Trump inauguravam, em Jerusalém, ao arripio da lei internacional, a nova embaixada dos EUA em Israel, o mundo presenciou, entre espanto e indignação, ao massacre de 58 civis palestinos desarmados, a tiros - com munição real - e bombas de gás lacrimogêneo e de ação neurológica, por tropas de ocupação israelenses na fronteira com Gaza. 2771 ficaram feridos.

As dimensões do massacre dessa segunda-feira (14), cujas imagens foram vistas ao vivo no planeta inteiro, foram reveladas pelo Ministério da Saúde da Palestina. 1.370 foram atingidos por munição real. Os franco-atiradores começaram desde o início da manhã a executar as ordens criminosas do Estado-Maior israelense de atirar para matar; mais tarde, até helicópteros foram chamados.

“MULHERES E CRIANÇAS”

O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) informou que as capacidades hospitalares e de pronto-socorro na Faixa de Gaza estão sobrecarregadas e apela para que se desloquem para a região, cirurgiões, anestesiistas e ortopedistas, além do envio humanitário urgente de material hospitalar.

“As equipes médicas estão extenuadas e sobrecarregadas, tratando de centenas de casos de feridos, incluindo mulheres e crianças. Estão no limite das forças e há uma falta de medicamentos essenciais”, relatou Jamie McGoldrick, coordenador do OCHA.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, alertou, dizendo-se “alarmado”, que “há uma grave escalada de violência” e que “um grande número de palestinos foi morto e ferido nos protestos em Gaza”. O Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos, Zeid Ra’ad Al Hussein, exigiu que “a morte chocante de dezenas de pessoas por tiros de munição real em Gaza deve parar imediatamente, e os autores dessas violações flagrantes dos direitos humanos devem ser responsabilizados”.

“CRIME DE GUERRA”

Também a Anistia Internacional classificou a ação da tropa israelense como “violação horrenda da lei internacional” e “crime de guerra”. “É mais um exemplo horrível dos militares israelenses usando força excessiva e munição viva em uma forma inteiramente deplorável”, acrescentou a declaração.

Nos vídeos que nos chegam, as sirenes de ambulâncias soaram como um triste uivo de lamento em torno dos que tombavam ou eram feridos, com muitos entregando suas jovens vidas pela libertação do seu próprio povo.

Um dos mortos é um profissional de saúde cuja ambulância chegou em socorro a feridos, pois os franco-atiradores estão mirando também nas ambulâncias, socorristas e até jornalistas, para que a chacina não seja documentada. 6 jornalistas de agências palestinas e internacionais foram

feridos no dia 14. Desde 30 de março, quando tiveram início os protestos, já haviam sido mortos por balas israelenses dois jornalistas.

O “dia histórico” para Trump e Netanyahu foi regado a champagne e sangue palestino. Desde o anúncio, pelo bilionário presidente, da transferência da embaixada do país para Jerusalém, premian-do a ocupação da histórica e sagrada cidade palestina, eclodiram manifestações de revolta por toda a Palestina, e de repúdio nas principais cidades do mundo inteiro. A marcação da inauguração para o dia 14 foi uma evidente provocação aos milhões de palestinos que buscam seu direito internacionalmente reconhecido, mas sempre adiado, de seu próprio Estado, com capital em Jerusalém Oriental.

A “Marcha pelo Retorno” foi convocada pelos líderes palestinos na Faixa de Gaza, começando no dia 30 de março e com encerramento marcado para 15 de maio, Dia da Nakba – Catástrofe, em árabe, como é conhecida a implantação do Estado de Israel, nesta data, no ano de 1948, que redundou em massacres e limpeza étnica com a expulsão de 750.000 palestinos, que se tornariam refugiados em campos na Palestina não ocupada à época, em países árabes vizinhos e na diáspora em geral, com mais de 5 milhões de palestinos expatriados hoje.

OCUPAÇÃO

Depois, o sofrimento dos palestinos seria agravado pela ocupação resultante da Guerra dos Seis Dias, pelo roubo das suas terras nos assentamentos ilegais e pela transformação de Gaza num imenso campo de concentração murado e pelos pontos de controle na margem ocidental do Jordão. Mais 6 mil presos políticos palestinos nas masmorras israelenses e a tirania diária e racismo de cada pequeno sicário da ocupação.

Com as mortes desta segunda-feira (14), já passam de 100 as mortes de civis palestinos em Gaza e mais de 12 mil feridos. A única ocorrência relatada do lado israelense foi um soldado ‘levemente ferido’. Não há como falar de “confrontos”, quando de um lado há civis desarmados, ou no máximo com uma pedra, e, do outro, a 200 metros, franco-atiradores de elite com fuzis e munição real.

Embaixadas de diversos países, sediadas em Tel Aviv, se recusaram a participar da inauguração da representação diplomática de Trump. Somadas as manifestações na Faixa de Gaza e na Cisjordânia são cerca de 100 mil manifestantes, nas marchas do dia 14. Manifestantes em Ramallah foram contidos a intensos disparos de granadas de gás lacrimogêneo quando se aproximavam do maior posto de controle israelense na Palestina ocupada, o de Qalandya. A Organização pela Libertação da Palestina (OLP) convocou uma greve geral, contra o massacre, e o governo palestino decretou três dias de luto pelos mártires.

NATHANIEL BRAIA

Lupicínio, o grande sambista do Sul, sua vida e sua arte - 7

Continuação da edição anterior

Vale parar pra entender. Tire o drama e olhe o texto. Sua letra, escrita dez anos antes da Bossa Nova, tem tudo a ver com as pretensões de coloquialidade de Vinícius e sua turma. Só troca o teor dos amores

ARTHUR DE FARIA

Tudo, mais uma vez, começa com João Gilberto.

Em 1971, ele era o último sujeito que alguém imaginaria cantando uma canção de Lupicínio. Depois de longos anos morando no exterior, João vem ao Brasil gravar um programa de TV na Tupi. Ai, entre Jobins e Caymmis, para surpresa geral, ele manda *Quem Há de Dizer*. Na sua voz, a canção se despia de todo o melodrama que lhe haviam aplicado, por exemplo, Francisco Alves e Jamelão. Como nunca antes, sua letra mostrava o quanto tinha de obra-prima do coloquial.

(Afinal, era isso mesmo: letra escrita para **Alcides Gonçalves** botar música, contava uma história real do parceiro. Que, submerso na mais pantanosa cornitude, tocava piano pra que outros homens dançassem com sua amada, *taxi-girl* da Boate Marabá. Com requintes de sado-masoquismo, Alcides assistia a tudo com detalhes, afinal, tinha instalado uma espécie de “espelho retrovisor” no piano para não perder nada.)

O irônico é que a versão de João é cortada na edição final do programa e nem chega a ir ao ar, mas o importante já estava feito: muita gente ficou sabendo que João, o criador da Bossa Nova, o papa absoluto da sofisticação, havia cantado *Lu-pi-cí-nio Ro-dri-gues*. Será então que podiam ter lá o seu encanto aquelas canções então varridas para baixo do sofá da classe média letrada como coisa de putas pobres em cabarés de beco?

Vale parar pra entender. Tire o drama e olhe o texto. Sua letra, escrita dez anos antes da Bossa Nova, tem tudo a ver com as pretensões de coloquialidade de Vinícius e sua turma. Só troca o teor dos amores. Se na Bossa o cotidiano era de namoricos de praia e garotas de família que começavam a *dar*, no mundo de Lupi só quem *dava* eram as damas da noite – que poderiam até ser tiradas da *vida* se encontrassem um homem bom (e estivessem dispostas a isso, claro). *Aquele* era o cotidiano. E aquilo era o retratado. E com uma melodia que vou te contar...:

Quem há de dizer que quem vocês estão vendo naquela mesa, bebendo, é o meu querido amor? Repare bem que toda vez que ela fala ilumina mais a sala do que a luz do refletor! O cabaré se inflama quando ela dança – e, com a mesma esperança, todos lhe põem o olhar. E eu, o dono, aqui, no meu abandono, espero – louco de sono! – o cabaré terminar.

– “Rapaz, leva esta mulher contigo!”, disse uma vez um amigo quando nos viu conversar. “Vocês se amam, e o amor deve ser sagrado. O resto, deixe de lado. Vai construir o teu lar!”

Palavra!: quase aceitei o conselho. O mundo – este grande espelho – que me fez pensar assim: ela nasceu com o destino da lua – pra todos que andam na rua... –, não vai viver só pra mim.

Em 1972, Caetano Veloso, fiel apóstolo *jodogilbertiano*, volta do exílio londrino tocan-



do em seus shows justamente... *Volta*. Pronto: com duas gerações de ícones culturais apontando pra ele, estava armada a cena pro retorno de Lupicínio. Depois de quase 15 anos de ostracismo (uma pequena exceção foi, em 1970, quando a primeira edição da série de fascículos e disco *História da Música Popular Brasileira* havia lhe dedicado um volume, com direito a faixa inédita e tudo).

O primeiro a se manifestar é o homem de TV, produtor e figura lendária Fernando Faro, que chama Lupicínio pra gravar uma edição histórica do seu programa *MPB Especial*, na TV Cultura paulista – o mesmo programa, que existe desde 1969, agora se chama *Ensaio*, e tem várias edições editadas em livros, DVDs e CDs chamados *A Música Brasileira Deste Século Por Seus Autores e Intérpretes* (a de Lupi, inclusive).

De volta a Volta: por sugestão de Caetano, Gal Costa a leva ao disco no mesmo 1973 em que Paulinho da Viola registra uma magistral versão de *Nervos de Aço*. E aí é o próprio Lupi que volta a um estúdio, dessa vez na pequena gravadora Rosicler, onde grava o irretocável LP *Dor de Cotovelo* – recolocado em catálogo quase anonimamente na década de 1990, disfarçado de coletânea da série de CDs *Mestres da MPB*, só com seu nome na capa: *Lupicínio Rodrigues*. Vale procurar: é talvez o melhor resumo de Lupicínio por ele mesmo (há também mais um disco, de 1974, pela gravadora Som, batizado com seu nome, mas esse é dureza de achar).

É aí que Caetano, em Porto Alegre para uma temporada de shows, quer porque quer passar uma noiteada como a de Pignatari e os irmãos Campos. Consegue, claro. E ainda mais animada, com a apresentadora de TV e figuraça Tânia Carvalho de cicerone no seu flamante fuscão: começou na casa noturna Chão de Estrelas e só Deus sabe onde terminou. Caetano volta ao Rio absolutamente seduzido pelo charme sestroso de Lupicínio. No calor da hora, tinha até firmado um “contrato” improvisado numa bolacha de chope, onde se comprometia: *regravar à Dona Cerenita serena os versos da sua Felicidade*.

Cumpru o trato já no LP seguinte: *Temporada de Verão ao Vivo na Bahia*. E dá o maior pé. Sua versão recria completamente o que era um xote num clima de lentíssima toada com citações instrumentais de *Luar do Sertão*. Deu tão certo que operou um pequeno milagre: é essa versão que ficou registrada desde então no imaginário nacional, servindo de base para todas as regravações posteriores. Tanto que o



Lupicínio, Demosthenes Gonzalez e até Hebe Camargo. Sua turma. Abaixo, com Nelson Cavaquinho e Beth Carvalho



Coletânea de suas crônicas escritas para o jornal Última Hora, lançada pela editora L&PM em 1995

Xote da Felicidade virou simplesmente Felicidade.

Nesse mesmo 1974, **Elis Regina** vê que era a hora de tomar o gaúcho para si e finalmente ganha coragem pra gravar não uma, mas duas canções de seu conterrâneo. Estralha em ambas: *Cadeira Vazia* sai num compacto duplo onde Caetano, Gil e Gal também cantam Lupicínio (grafado *Lupiscínio* na capa). Já *Maria Rosa* entra no seu LP daquele ano. Pra fechar,

o cineasta Bruno Barreto usa *Esses Moços* como música-tema da sua adaptação cinematográfica do livro *A Estrela Sobe*, de Marques Rabelo.

É importante contextualizar que esse também era um momento de assentamento da poeira dos anos 1960, com o samba lentamente voltando ao gosto não só da população

como também da intelectualidade. Não foi só com Lupicínio: Cartola, Nelson Cavaquinho e Clementina de

Jesus também passam a se apresentar em shows disputadíssimos, principalmente no Rio e em São Paulo. Numa de suas investidas cariocas, Lupi arrasa no *cult* palco do Teatro Opinião e, na mesma noite, ainda emenda sua histórica entrevista para o *Pasquim*. A maré tinha virado, e agora ele era novamente tietado por jornalistas, intelectuais e boêmios... Mas, novidade, também aparecera para um público jovem, de classe média, muitas vezes universitário. Quem diria. O mesmo tipo de indivíduo por quem ele zelava, na função de bedel, 40 anos antes.

*** Mas durou pouco.

Dia 21 de agosto de 1974, pouco depois de gravar um álbum que só seria lançado décadas depois, como brinde da empresa Renner, é internado na Unidade de Tratamento Coronário do Hospital Ernesto Dornelles, em Porto Alegre. Já estava mal quando, dois dias depois, o filho lhe traz a notícia:

– Pai, “Felicidade” tá estourando na parada de sucessos!

Ainda tem forças pra retrucar, irônico:

– Finalmente estão reconhecendo de novo o velhinho...

Morre dia 27, de insuficiência cardíaca decorrente de diabetes. Foi velado no Estádio Olímpico, do seu amado Grêmio, e com o caixão coberto pela bandeira do time. Morria um pouco com ele uma geração que ainda acreditava que, aos 60 anos incompletos, o sujeito era *um velhinho* (vai explicar isso pra quem hoje vê por aí sessentões como Djavan, Rita Lee ou David Byrne...).

Seu velório foi em grande estilo *lupicínico*: teve direito até a uma jovem desconhecida sendo esbofetada pela viúva em pleno velório. Acharam que era mais uma amante – era filha. Mas foi cumprido ao menos metade do seu último desejo, pedido a Cerenita três dias antes: *Não quero ninguém chorando no meu enterro, quero todo mundo cantando*. Muito cantou-se. Muito chorou-se.

A partir de sua morte, o culto a Lupicínio só faz crescer. Terceiro milênio adentro seria muitíssimo regravado, por gente que vai de Maria Bethânia aos **Almôndegas**.

Fábio Júnior, por sua vez, jura que o espírito do compositor de vez em quando baixa no palco de seus shows e fica quietinho, num canto, só olhando (também, coitado, ia dizer o quê?).

Citado e recitado por Cazuza e Lobões, o finado boêmio foi também, se não incorporado, bastante lembrado pela geração 80 do rock nacional. E a coisa evolui até a versão rock de Arnaldo Antunes pra rancheira *Judiaria*, que revela mais algumas das sutilezas de um curioso compositor popular que não tocava nenhum instrumento além de caixa de fósforos, mas, mesmo assim, criava maravilhas melódicas. É inacreditável que, desta forma tosca, tenham sido compostas sinuosidades vertiginosas como *Torre de Babel*, *Fuga* ou *Nervos de Aço*.

Em 1988, a **Cooperativa dos Músicos de Porto Alegre** monta o espetáculo *Coompor Canta Lupi*, que é apresentado por todo o estado e registrado em LP. Em 1994, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul institui o *Ano Lupi*, em comemoração aos seus 80 anos de nascimento. No ano seguinte, a editora (porto-alegrense) L&PM lança *Foi Assim*, uma coletânea de suas crônicas escritas para o jornal *Última Hora*. Dois anos depois, é a vez da heroica gravadora Revivendo editar uma espetacular caixa de quatro CDs reunindo as primeiras gravações de 88 de suas músicas.

No embalo, o velho parceiro **Rubens Santos** encabeça o show *Lupicínio às Pampas*, que é apresentado no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, reunindo, entre outros, Luiz Melodia, Paulo Moura e **Adriana Calcanhotto**. Em 2005, **Thedy Corrêa**, líder da banda gaúcha **Nenhum de Nós** lança um CD de revisão eletrônica de Lupi: *Loopcínio*. Mas sua prova regional mais profunda de perenidade veio no ano 2000: *Felicidade* foi a segunda canção mais votada por um júri de 31 músicos e jornalistas chamados pelo jornal gaúcho *Zero Hora* para escolher “A” Música do Rio Grande – só perdeu pra *Prenda Minha*.

Na próxima edição a gente encerra o capítulo Lupi, dando uma focada em estilo e psiquê da peça.

Continua na próxima edição